

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



MÓDULO 2

Natureza, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos

Maria Alcina Terto Lins

Coordenadoria Institucional de Educação a Distância

Prof. Dr. Luiz Paulo Leopoldo Mercado

Direção do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Prof. Dr. José Vicente Ferreira Neto

Vice-direção do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Prof. Dra. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros

Coordenação Geral Geografia Licenciatura EAD

Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Coordenação de Tutoria Geografia Licenciatura EAD

Prof. Me. Arthur Breno Stürmer

Layout, Diagramação e Finalização

Prof. Esp. Ricardo Santos de Almeida

Logomarca Geografia Licenciatura EAD

Igor Sampaio Sousa de Freitas

Revisão Ortográfica

Prof. Msc. Albani de Barros

Ementa Disciplinar

As concepções de natureza na cultura ocidental. Manifestações culturais. Cultura, poder e identidade nacional. Cultura e diversidade. Práticas culturais, comunicação e sociabilidade. Culturas das minorias. A importância da tradição e a transformação dos valores. Cultura popular. Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais. Estado moderno, globalização, cultura e espacialidade.

Carga Horária: 60 horas/aula.

Apresentação da Professora



Maria Alcina Terto Lins é formada pela Universidade Federal de Alagoas, no curso de Serviço Social, atualmente cursando o doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. Atuação docente nas áreas de políticas sociais públicas, movimentos sociais, saúde pública, projetos e direitos sociais, em cursos de Graduação e Pós-graduação. Experiência profissional como Assistente Social nas áreas da saúde e assistência social. Atuante no Conselho representativo da categoria profissional (Serviço Social), vinculada ao Sindicato profissional. Pesquisadora na área da formação e do mercado de trabalho profissional.

Introdução a Disciplina

Car@s alun@s.

Olá, caros (as) alunos (as)!

Bem vindos (as) as discussões da disciplina Natureza, sociedade e cultura. Nela, veremos a relação do homem com a natureza e seu processo de torna-se cada vez mais ser social. Abordaremos as diferentes manifestações culturais, os elementos constitutivos da cultura, do poder e da identidade, evidenciando o multiculturalismo.

Nossos estudos serão direcionados para a apreensão da Cultura e da diversidade existente, principalmente no que se refere às práticas culturais de comunicação e sociabilidade diante de um mundo globalizado.

Os estudos aqui evidenciados ressaltam a importância da tradição e a transformação dos valores na sociabilidade humana. Dessa forma, demonstraremos que é impossível compreender identidade, as diferentes expressões culturais regionais e multiculturais, ignorando o contexto sócio histórico e geográfico. Analisaremos também o Estado Moderno, o processo de globalização e a diferença entre espaço e território.

Então...

Vamos começar???

SUMÁRIO

Unidade I - O homem em sua relação com a natureza e com a sociedade	6
Aula 1. A relação homem / natureza	6
Aula 2. O homem e a sociedade – Trabalho ato fundante do ser social	12
Aula 3. Os múltiplos sentidos da cultura	20
Aula 4. A participação dos indivíduos na construção da cultura	26
Aula 5. Sociedade e cultura: qual a relação?	32
Unidade II. Cultura e Identidade	38
Aula 1. As relações existentes entre cultura, poder e identidade	38
Aula 2. Geografia Cultural como Abordagem Teórica	44
Aula 3. Problematicando território e territorialidades	48
Aula 4. Valores e tradições na sociabilidade atual	53
Aula 5. Cultura, identidade, poder, territórios: qual a relação?	57
Unidade III. Estado, Globalização e expressões multiculturais	61
Aula 1. A Globalização e o Estado	61
Aula 2. Cultura e diversidade	66
Aula 3. Expressões multiculturais	72
Aula 4. Práticas culturais, comunicação e sociabilidade	77
Aula 5. A denominada cultura mundializada	83

UNIDADE I

O HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM A SOCIEDADE

6

AULA 1

A relação homem / natureza

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nesta Unidade, abordaremos a relação que o homem estabelece com a natureza e com a sociedade, evidenciando a categoria trabalho como ato fundante do ser social (baseando-se numa perspectiva marxista, tendo como lastro teórico, os estudos de Karl Marx e György Lukács). O texto evidencia a relação entre cultura, sociedade e indivíduo, fundamentando as análises em teóricos como Tylor, Boas, Laraia e Bosi.

Objetivo Geral

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Evidenciar a relação existente entre o homem e a natureza mediante a categoria Trabalho.

Objetivos Específicos

- Problematicar a constituição da cultura como um processo histórico e mutável;
- Demonstrar que a cultura é um todo complexo que envolve o conhecimento, a arte, as crenças, as leis, a moral, os costumes e os hábitos adquiridos pelo homem vivendo em sociedade.

Para compreendermos o que é o Ser Social, e quais as determinações gerais que fazem desse Ser o que realmente ele é, é imprescindível que iniciemos essa discussão a partir das raízes do processo real – do processo de torna-se o homem o demiurgo do próprio ser – e em nenhum momento percamos o fio condutor dele. Nesse sentido, entendemos que baseados em Marx e Lukács, o ato fundante da existência humana é o trabalho.



Contudo, Lukács, nos chama a atenção para o fato que,

Não se deve esquecer que qualquer grau do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem um caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição complexa do nível de ser de que se trata. E é suficiente um olhar muito superficial ao ser social para perceber a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho e para perceber que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, em decorrência, consigo mesma, etc. Nenhuma destas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente (1976/1983, p. 01).

7

Dito de outra forma; o trabalho é categoria central do ser social, contudo, não podemos reduzir a totalidade do ser ao trabalho, pois outras importantes categorias são imprescindíveis para a reprodução do ser social, como a fala, a divisão do trabalho, a cooperação, pois, possibilitam que novas relações sociais se constituam na sociabilidade.

O trabalho é a base ineliminável do mundo dos homens, uma vez que, somente ele possibilita a passagem do ser natural ao ser social, e porque ele sempre será a base a partir da qual se constrói a realidade social. Mediante o trabalho, os homens constroem materialmente a sociedade em que vivem e se constroem como indivíduos. Como bem assinala Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media[*sic*], regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 142).

De fato, ao atuar sobre a natureza, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades antes desconhecidas, e mais ainda, ele captura as “potências adormecidas” na natureza e as transforma em um objeto que possa ser útil em sua vida. É nesse momento que o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com determinações completamente distintas das leis que regem os processos naturais.

Vale salientar que o trabalho assume o caráter de centralidade na história da humanidade, uma vez que, de acordo com o pensamento de Marx e Lukács, o trabalho é uma atividade bastante diferenciada daquelas que podemos encontrar no reino animal (por exemplo: nas abelhas ou formigas). Pois, antes de operar sobre a natureza, o homem idealiza em sua consciência a ação e o resultado da sua atividade. É esta capacidade de prévia-



ideação que constitui a diferença essencial entre os homens e os animais. Nas palavras de Marx:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996, p. 142-3).

8

Desse modo, torna-se evidente que somente o homem é capaz de projetar algo (um objeto) em sua consciência, buscar os meios (ferramentas, instrumentos de trabalho) necessários para executar tal tarefa e ao final obter algo novo. Ou seja, o indivíduo idealiza previamente o resultado almejado, ele age transformando a natureza e constrói um novo objeto.

Vale salientar que a prévia-ideação é sempre uma resposta a uma necessidade que se colocou na realidade, afinal, nenhuma prévia-ideação aparece do nada, ela é sempre uma resposta a uma determinada necessidade que se impôs ao indivíduo. Como bem afirma Lukács, trabalho, em seus elementos essenciais, é um composto de teleologia (finalidade consciente) e causalidade (a natureza, com suas leis próprias). A articulação entre esses dois elementos é que dá origem a uma realidade não mais natural, mas social. Lukács, ao aprofundar os delineamentos ontológicos deixados por Marx, contribuiu para o desenvolvimento de uma ontologia do Ser Social.

De acordo com Lukács existem três esferas ontológicas: a inorgânica, a orgânica ou biológica, e a social. Na inorgânica – reino mineral – o ser não possui vida, seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma em um outro algo distinto. Exemplo: a pedra se converte em terra, a montanha em vale, a força mecânica em calor, etc.

Na esfera orgânica ou biológica, a vida se caracteriza pela incessante recolocação do mesmo, ou seja, repor o mesmo processo de reprodução biológica. Exemplo: bananeira sempre produzirá bananas, será sempre uma reposição do mesmo.

Assim, nos explica Lessa:

Entre a esfera inorgânica, a esfera biológica, e o ser social, portanto, existe uma distinção ontológica (uma distinção na sua forma concreta de ser): a processualidade social é distinta, no plano ontológico, dos processos naturais. Enquanto no ser social a consciência desempenha um papel fundamental, possibilitando que os homens respondam de maneira sempre distinta às novas situações postas pela vida, na trajetória da goiabeira a sua reprodução somente é possível na absoluta ausência da consciência. Apenas uma processualidade muda (isto é, incapaz de se elevar à consciência do seu em si) pode se consubstanciar numa incessante reprodução do mesmo. (2007, p. 24).

E, a esfera social se caracteriza como numa constante produção do novo, mediante o ato fundante, o trabalho. Marx, bem como Lukács, entende que somente o trabalho realiza a síntese entre teleologia e causalidade, ou seja, há uma relação entre sujeito e objeto, em que o sujeito projeta a ação e o resultado de sua atividade antes de serem construídos na prática (realidade social).

Esses momentos de diferenciação do modo de ser das três esferas ontológicas revelam que, embora sejam distintas uma das outras, elas são indissoluvelmente articuladas; pois, sem a esfera inorgânica não há vida, e sem vida não há ser social. Isto ocorre devido uma processualidade evolutiva que articula as três esferas. E, para compreender essa simultânea distinção e articulação entre essas esferas ontológicas, devemos considerar qual o momento predominante.

Como bem nos assevera Lessa (2007, p. 28) o momento predominante pode ser expresso num tipo de processualidade cuja forma genérica Lukács denominou de salto ontológico. Ao analisar a gênese da vida, fica evidente que a distinção entre a matéria orgânica e a inorgânica é que a primeira existe por meio de um ininterrupto processo de reposição do mesmo, enquanto a segunda é marcada por um infundável tornar-se outro.

Todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de uma forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser. (LUKÁCS, 1976/1983, p. 03).

Entre a esfera inorgânica e a biológica há, portanto, uma ruptura ontológica, ou seja, são formas rigorosamente distintas de ser. Nas palavras de Lukács “trata-se de uma passagem que implica um salto de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente”. Assim, o salto corresponde ao momento negativo de ruptura, uma negação da esfera anterior.

Todavia, esse novo ser não se esgota no salto, é preciso um longo processo de construção de novas categorias para o desenvolvimento completo desse novo ser¹.

Exemplificando esse ponto, Lessa nos fala:

A relação entre o mundo inorgânico e a vida desdobra com clareza essa relação salto ontológico / desenvolvimento processual do novo ser. Certamente sem o surgimento da vida não poderia existir um tigre. O tigre, porém, não se resume ao salto ontológico para fora do mundo inorgânico. O tigre apenas pode existir como resultado de um longo processo evolutivo que tem sua base no salto ontológico para fora da esfera inorgânica, mas que de forma alguma se esgota nele. Por isso, entre o salto ontológico que deu origem à vida, e o tigre, se interpõe um longo e complexo processo de desenvolvimento biológico – que também exhibe, no seu interior, momentos de saltos qualitativos – jamais pode ser reduzido ao salto ontológico originário. (2007, p. 28).

Desse modo, compreendemos que não há qualquer mediação possível entre essas esferas ontológicas, e por isso a passagem de uma a outra assume a forma de salto ontológico. Também entre a vida biológica e a social houve um salto ontológico, esse ocorreu mediante a transformação consciente orientada do real, e para tanto, é preciso estudar a categoria do trabalho, a qual segundo Lukács, exerce o momento predominante do salto da vida ao mundo dos homens.

De acordo com Lukács, o trabalho², é a categoria central e decisiva do ser social, ou, em outras palavras, a categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano, trata-se de uma condição inerente ao homem, independente de qualquer forma de sociabilidade. Para ele, o trabalho realiza a síntese entre teleologia e causalidade, ou seja, uma interação entre o sujeito e o objeto. Vejamos o que é teleologia e causalidade e como elas se relacionam.

Recomendação de leitura

LESSA FILHO, Sérgio Afranio. Lukács: Trabalho, Objetivação e Alienação. **Trans/Forma/Ação**, Marília/ S. Paulo, v. 15, p. 39-51, 1992. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731992000100002>. Acesso em: 20 abr. 2015.

¹Cabe salientar que esse assunto gera questionamentos, tais como: qual a forma concreta que teve este salto ontológico, ou seja, como se processou quais as razões, explicações, etc., contudo, tais questões, não podem ser resolvidas no campo da ontologia, elas requerem pesquisas específicas que pertencem à ciência.

²De acordo com Lukács, “o trabalho assume um lugar privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social porque, o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica, como orgânica [...] interrelação que antes de mais nada assinala a passagem no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (1976/1983, p. 02).

Atividade

Com base nas leituras da aula de hoje e após ler o texto “Trabalho, objetivação, alienação” publique no Fórum do Moodle suas respostas às seguintes questões:

1. Por que o trabalho é a categoria central e decisiva do ser social?
2. Exemplifique a relação existente entre as três esferas (inorgânica, orgânica e social).

2. Exemplifique a relação existente entre as três esferas (inorgânica, orgânica e social).

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

UNIDADE I

O HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM A SOCIEDADE

12

AULA 2

O homem e a sociedade – Trabalho ato fundante do ser social

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

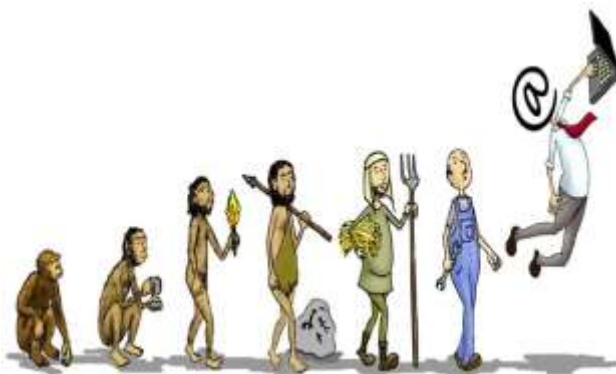
Nesta aula discutiremos sobre a relação sociedade e natureza a partir dos estudos sobre o trabalho como ato fundante do ser social.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Problematicar a relação homem e as diferentes sociedades de classe;
- Refletir sobre a ação humana no desenvolvimento das sociabilidades.

A teleologia, por sua própria natureza é uma categoria posta por atos conscientes, uma consciência que estabelece um fim a ser atingido. E esta finalidade é que dirige todo o processo; o produto final é a ideia materializada no objeto. Por meio do trabalho os homens respondem aos desafios da matéria natural, tendo como princípio um ato de consciência que dirige a ação, a uma busca dos meios e produzem o objeto idealizado. Contudo, para transformar a natureza em um



Fonte: Images Google (2015).

determinado objeto, é necessário que o homem conheça minimamente a realidade, as leis que governam os objetos naturais e seus componentes, para somente assim, materializar o objeto idealizado.

Todo processo teleológico para Lukács implica uma finalidade (algo consciente) e tem uma relação direta com a realidade, seja ela natural (natureza pura), seja ela social (natureza posta, pelo operar real do ato teleológico). O ato de pôr inicia um processo real, não é apenas um ato de consciência, por isso não pode estar deslocado da realidade.

A causalidade por sua vez, não supõe um autor consciente, ela tem autonomia, na medida em que suas propriedades e/ou qualidades obedecem a leis naturais sem a interferência da consciência humana sobre ela. Nas palavras de Lukács (1976/1983 p. 05), *“a causalidade é um princípio de automovimento que respousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência”*. Ou seja, a causalidade existe independente dos atos conscientes do homem, e embora o homem possa inserir modificações na natureza, sua essência não é alterada, pois a causalidade possui um sistema de complexos que continua a operar independente de todas idéias dos homens.

Contudo quando a causalidade é subordinada à determinada posição teleológica, mediante o ato humano é que o que era natureza pura torna-se causalidade posta, sem que haja transformação interna. Somente nessa inextrincável relação entre natureza e trabalho é possível produzir algo de novo, ou seja, ambos chegam a algo que em si é homogêneo: o processo de trabalho e o produto do trabalho. Cabe salientar aqui, que os atos humanos transformam matérias naturais em objetos que possuem valor de uso, ou seja, que têm utilidade no mundo dos homens. Em síntese, o trabalho sempre se constitui em relação a dois elementos heterogêneos: teleologia e causalidade, mas que se interagem reciprocamente. Vale salientar, contudo, que não há identidade entre esses dois elementos.

É importante ressaltar que é a teleologia que demonstra a diferença entre a ação dos homens e os atos epifenomênicos dos animais. Somente os homens têm a capacidade de idealizar antes de construir materialmente, e mais, quando projetado o resultado almejado, ele age objetivamente para transformar a natureza (causalidade natural) e construir algo novo. O processo de objetivação resulta sempre na transformação da realidade, pois tanto a realidade se modifica como também o indivíduo não é mais o mesmo, ele adquiriu novos conhecimentos, novas habilidades, bem como ferramentas que também antes não possuía.

Sempre segundo Lukács, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Primeiro, porque desenvolve novas habilidades. Em segundo lugar porque, para vencer a resistência que o ser natural opõe à sua transformação em objetos construídos pelos homens, é decisivo que venha a conhecer os nexos causais e as determinações mais importantes do setor da natureza que deseja transformar. Toda objetivação resulta em novos conhecimentos e novas habilidades -- sendo breve, em novas possibilidades, e por isso ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. (LESSA, 1996, p. 04).

Vamos imaginar que alguém tenha a necessidade de construir uma faca. Para atingir este objetivo, há várias alternativas possíveis: pode construir de pedra, de ferro, de madeira, dentre outros materiais. Para escolher entre as alternativas, este alguém deve imaginar o resultado de cada uma, para então identificar a mais apropriada as condições reais de existência.

Esse momento de planejamento que antecede e direciona a ação, Lukács denominou de prévia-ideação. Ou seja, o indivíduo projeta em sua consciência as conseqüências da ação e o resultado é idealizado antes que seja construído na prática. Assim, uma vez projetado na consciência, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo.

Como nos explica Lukács,

No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já estava presente desde o início na mente do trabalhador que, deste modo, já existia idealmente. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ele imprime no elemento no elemento natural, ao mesmo tempo, seu próprio fim, claramente conhecido, o qual constitui a lei determinante do seu modo de agir e ao qual tem de subordinar a sua vontade. Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. (1976/1983, p.04).

Ao ser levada à prática a prévia-ideação se materializa num objeto, se objetiva. Este movimento de converter em objeto uma prévia-ideação é denominado por Marx de objetivação. O processo de objetivação é, sempre, uma transformação da realidade, pois, tanto a realidade em alguma coisa foi modificada, como também o indivíduo não é mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu novas habilidades e conhecimentos com aquela ação. Isto significa que ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói.

É importante ressaltar que embora exista uma relação direta entre a consciência do sujeito e o objeto construído, há uma efetiva distinção entre ambos. Pois, o sujeito que construiu a faca, não é uma faca, assim como a faca não é um ser humano, a história da faca é distinta daquela do seu criador. Não há uma identidade entre sujeito e objeto.

Nas palavras de Lessa, *tal distinção entre sujeito, portador da prévia-ideação, e o objeto criado no processo de objetivação, é o fundamento ontológico da exteriorização* (ibidem).

A exteriorização é esse momento de trabalho pelo qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade externa, à causalidade.

Esclarecido esses pontos-chaves, passemos à essência da categoria trabalho segundo Lukács, à relação entre teleologia (projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação) e causalidade (os nexos causais do mundo objetivo). O trabalho converte uma ideia, que apenas existe na consciência, em um objeto. Uma casa, por exemplo, é uma síntese entre o mundo natural (pedra, madeira, areia, etc.), que existe independente da consciência, e a ideia de uma casa. De acordo com Lukács:

Vale dizer que, enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, ao contrário, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim (1976/1983, p. 05).

Ideia e matéria são qualitativamente distintas. Jamais uma será outra. A matéria se distingue da consciência por possuir em si própria suas causas, seus princípios de movimento, de evolução. Os objetos criados pelo trabalho se originam da objetivação de prévias-ideações. Antes de tudo, a característica real decisiva da teleologia, é o fato de que ela só pode adquirir realidade quando for posta, e toda processualidade teleologicamente orientada requer alguma consciência que a ponha.

É da máxima importância para compreender o processo do trabalho, separar os dois atos, isto é, a posição dos fins e a busca dos meios. E exatamente aqui se revela a inseparável ligação dessas categorias, causalidade e teleologia, que em si mesmas são opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. Com efeito, a busca dos meios para realizar o fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo dos nexos causais dos objetos e dos processos cujo movimento pode levar a alcançar o fim posto.

No entanto, a posição do fim e a busca dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma: um sistema de complexos cuja legalidade continua a operar com total indiferença com respeito a todas as aspirações e idéias do homem. Aqui a busca tem uma dupla função: de um lado evidenciar aquilo que em si mesmo governa os objetos em questão independentemente de toda consciência; de outro lado, descobrir neles aquelas novas conexões, aquelas novas possíveis funções que, quando postas em movimento, tornam efetivável o fim teleologicamente posto. (LUKÁCS, 1976/1983, p. 11).

Já vimos que toda objetivação implica alguma transformação do ambiente em que se realiza. E todo objeto é imediatamente inserido nas relações e conexões existentes, que de

alguma forma também foi alterada. A história do objeto, ao alterar o existente, ganha uma dimensão genérica, é agora parte de um todo e dele sofre influências, bem como também de cada uma de suas partes, e ao mesmo tempo, o novo objeto tem uma influência sobre a totalidade da qual faz parte. (LESSA, 2007, p. 80). Sendo assim, a categoria trabalho funda a distinção ontológica entre o ser social e a natureza.

Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação das formas concretas, um contínuo tornar-se-outro. De modo que é precisamente a teoria marxiana segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ser finalisticamente produzido que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social. Com efeito, se fossem justas as diversas teorias idealistas e religiosas que afirmam o domínio universal do finalismo, então tal diferença, em última instância, não existiria. Toda pedra, toda mosca seriam uma realização do «trabalho» de deus, do espírito do mundo, etc., do mesmo modo como as realizações, que acabamos de descrever, próprias das atividades teleológicas do homem. Conseqüentemente, deveria desaparecer a diferença ontologicamente decisiva entre sociedade e natureza. (LUKÁCS, 1976/1983, p. 17).

Dito de outra forma é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social (ibidem). Assim sendo, o objeto criado já não é mais exclusivamente natureza; pois se converteu no seu oposto – embora não deixe de ser natureza. A causalidade sofreu uma mudança qualitativa, realizou um salto para um novo grau de ser (salto ontológico). Há uma conversão de causalidade natural para causalidade posta. Passa de objeto do mundo natural para o mundo dos homens.

Nessa exata medida, a produção do objeto não é apenas o processo de objetivação, não é apenas uma transformação da realidade, mas é também a exteriorização de um sujeito. Ao se exteriorizar através da objetivação da sua prévia ideia, o indivíduo adquire novos conhecimentos (tanto da realidade exterior como da sua própria individualidade), novas habilidades e necessidades vão sendo descobertas e desenvolvidas; em poucas palavras: ao transformar o real, o sujeito também se transforma. [...] Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico na sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizada numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo, *mutatis mutandis*, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas, como uma obra de arte ou uma relação social como o capital. (LESSA, 1996, p. 06).

De acordo com Lessa, o ser social é essencialmente causalidade posta, na medida em que, tendo sua gênese no trabalho e, dentro dele, no processo de objetivação, adquire os contornos que a subjetividade lhe imprime. O gênero humano, enquanto universalidade

desdobra um processo de desenvolvimento que é radicalmente diferente daquele das universalidades naturais (2007, p. 83). Assim sendo, os processos de objetivação expressam atividades de sujeitos sociais que não somente agem sobre o mundo objetivo, mas transformam também a si mesmo e ao conjunto da sociedade por eles criada, sendo ao mesmo tempo transformados por ela.

A partir do movimento da reprodução do ser social verificamos uma constante socialização e uma nova direção para a humanidade. Revela-se um infundável entrelaçamento entre complexos, a totalidade real de qualquer sociedade e a totalidade real dos indivíduos. Nesse sentido, compreendemos que o ser em geral é composto por diferentes complexos ontológicos articulados.

Os atos de trabalho, contudo, apenas podem vir a ser e se desenvolver tendo por mediação dois complexos sociais fundamentais. Por um lado, apenas podem ocorrer no interior de relações sociais; por outro lado, nem as relações sociais, nem sequer a prévia ideação portadora da finalidade, poderiam vir a ser sem a linguagem. Portanto, já no seu momento primordial, o ser social comparece como um complexo constituído, pelo menos, por três categorias primordiais: a sociabilidade, a linguagem e o trabalho. Destas três categorias, cabe ao trabalho, segundo Lukács, o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens, já que é nele que se produz o novo que impulsiona a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade. (LESSA, 1996, p. 06).

Disso resulta o desenvolvimento do vir-a-ser-histórico-social. Ou seja, para se reproduzirem os homens devem trabalhar, devem operar modificações no mundo que os cerca mediante ações teleologicamente postas. Ao responder as necessidades sociais - que se apresentam no cotidiano - com atos teleologicamente apresentados, os indivíduos não apenas se constroem como também constroem a realidade social.

Em síntese, o caráter de complexo de complexos do ser social se explicita cada vez mais claramente à medida que avança a sociabilidade. E, foi somente no interior desse complexo de complexos que é a totalidade social, o trabalho, e a esfera da práxis social, que se desenvolveu diretamente dele, ou seja, a economia torna-se o momento predominante na determinação do desenvolvimento histórico. Fundado pelo trabalho, mas dela distinto, surge e se desenvolve aquele complexo de mediações sociais ao qual denominou de reprodução social.

Atividade

Com base nas leituras da aula de hoje, publique no Fórum do Moodle, a sua interpretação diante desta afirmativa:

“[...] pelo trabalho, os homens constroem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais” (LUKÁCS, 1976/1983).

18

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

LESSA, Sérgio. **Lukács: trabalho e ontologia do ser social**. Comunicação apresentada no II Congresso Latino-americano de Sociologia do trabalho. Lindóia, São Paulo, 1996. Disponível em: <www.sergiolessa.com>. Acesso em: 18 nov. 2007.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 Ed. Ver. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí. – 240 p. – (Coleção filosofia; 19).

19

LUKÁCS, George. **Per uma ontologia dele isseresociale**. Vol. I, 1976/ 1983. Tradução: Ivo Tonet (versão final).

MARX, Karl. O processo de Trabalho e processo de Valorização. In: **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Vol. I. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.142-148.



UNIDADE I

O HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM A SOCIEDADE

20

AULA 3

Os múltiplos sentidos da cultura

Apresentação

Caro(a) aluno(a),

Nesta aula iremos discutir os múltiplos sentidos da cultura.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Conhecer os antecedentes históricos do conceito de cultura;
- Apreender a cultura como um elemento determinante na visão de mundo do homem.

Cultura vem do Latim *colere* e significa cultivar. No dicionário da língua portuguesa tem o significado formal de ação, efeito ou maneira de cultivar a terra ou as plantas; cultivo: a cultura das flores. E no sentido figurado: conjunto dos conhecimentos adquiridos; a instrução, o saber: uma sólida cultura.

De maneira geral, a cultura é comumente entendida como um todo complexo que envolve, entre outros, o conhecimento, a arte, as crenças, as leis, a moral, os costumes e os hábitos adquiridos pelo homem vivendo em sociedade. Todos esses elementos seriam transmitidos de geração em geração, e servem para padronizar as relações sociais estabelecidas.

O termo cultura é compreendido sob diferentes perspectivas de análise, as abordagens variam desde a antropológica até a filosófica, podendo por vezes, serem até contraditórias. De acordo com Silva; Silva (2009, p. 85):

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

Analisando a questão da Cultura, Viero (2005), explicita que no século XIII, usava-se a palavra cultura como sinônimo de civilização, relacionando-se com o desenvolvimento humano. Esse entendimento tinha como orientação o Iluminismo³ e o caráter progressista da Era Moderna. A autora relata que em 1871, Edward Burnett Tylor (considerado o pai do conceito de cultura moderna) evidencia-se pelos seus estudos que tudo aquilo produzido pelo homem, deveria ser considerado cultura, e não apenas se limitar aos processos intelectuais e artísticos, pois, a cultura seria algo adquirido na sociedade.

De acordo com Laraia (2009), os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. A discussão então é provar que as culturas fazem parte da constituição do homem enquanto ser social vivendo em sociedade. Nesse sentido, Santos (2006) enfatiza:

Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a grande variação delas [...] Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos.

Ou seja, a cultura está diretamente relacionada ao processo do ser natural para o ser social, envolve perceber que o homem possui uma relação intrínseca com a natureza, e que quanto mais ele a transforma, mais ele próprio sofre transformações, pois adquire novas necessidades que precisam ser respondidas a partir de novas intervenções no meio em que vivem. Assim, o desenvolvimento do homem é também o desenvolvimento da cultura.

Visando aprofundar os estudos de Tylor, diversos pensadores dão sequência aos estudos desse grande antropólogo. Entre esses, o que merece destaque é Franz Boas, que criticou as teorias que defendiam a existência de uma hierarquia entre as culturas. De acordo com Silva; Silva (2006, p. 85), as teorias evolucionistas (baseados na obra de Charles Darwin):

³ De acordo com Donato; Melo (2011, p.06): “O pensamento iluminista tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então, creia ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo encontrando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII)”.

defendiam que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas, ou estágios, durante sua existência, evoluindo, progredindo das mais primitivas para as mais avançadas ao longo do tempo, sendo que o estágio mais avançado da humanidade era o atingido pelo Ocidente, visão que dava ao etnocentrismo status de ciência.

Discordando dessa análise, Boas (*apud* SILVA; SILVA, 2006) defendia que toda cultura tem sua própria história, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Partindo desse pressuposto, Boas utilizou a História para explicar a diversidade cultural, evidenciando as diferenças existentes entre as várias culturas. Os estudos de Boas possibilitaram a aproximação entre História e Antropologia.

Para Santos (2006, p. 11) o desenvolvimento humano ocorre de maneira diferenciada, embora, se registre a constatação de certas tendências globais, como por exemplo: em vários lugares e épocas grupos humanos inicialmente nômades e dependentes da caça e da coleta para sua sobrevivência passaram a se sedentarizar, isto é, a viver em aldeias e vilas, acompanhando o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais. Contudo,

Apesar da existência de tendências gerais constatáveis nas histórias das sociedades, não é possível estabelecer sequências fixas capazes de detalhar as fases por que passou cada realidade cultural. Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes (SANTOS, 2006. p. 11)).

Entretanto, é importante ressaltar que nem toda definição de cultura vem de uma análise antropológica. Silva; Silva (2006, p. 86) relata que a cultura também pode ser compreendida a partir da linguística e da etimologia da palavra, assim como fez o Alfredo Bosi (historiador de Literatura Brasileira), ao evidenciar que a palavra cultura estaria relacionada a culto e colonização, pois, a palavra viria do verbo latino *colo*, que significa eu ocupo a terra. Nesse sentido, cultura seria o futuro de tal verbo, significaria o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar, não apenas no âmbito da agricultura, mas incluiria também a transmissão de valores e conhecimentos para as gerações que virão. Nas palavras dos autores:

Nesse sentido, Bosi afirma que cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Tal definição dá à cultura um significado muito próximo do ato de educar. Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

Assim, diante dos múltiplos sentidos e compreensões de cultura, os estudiosos da área da antropologia tem tentado reconstruir o conceito de cultura. Para tanto, Roger Keesing (*apud* VIERO, 2005, p. 38) os agrupou nas seguintes vertentes:

- **Cultura como um sistema adaptativo.** Apesar de divergências entre si, um grupo de antropólogos concebe culturas fundamentalmente como sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos), que servem para adaptar as comunidades humanas à sua base biológica e ao ecossistema. Inclui tecnologias, modo de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e de organização política, crenças e práticas religiosas e assim por diante. A mudança cultural representa um processo de adaptação dos grupos humanos dentro dos ecossistemas específicos. Trata-se de um enfoque que privilegia os fatores econômicos e seus correlatos sociais sobre os elementos de ideias e de símbolos do sistema cultural, como a religião, a visão de mundo, o sistema normativo e a organização política.
- **Cultura como um sistema cognitivo.** Um segundo grupo de antropólogos concebe cultura como um sistema de conhecimento, aquilo que as pessoas precisam conhecer ou acreditar para atuar de acordo com a sociedade na qual estão inseridas. Nesse sentido, cultura não se identifica com um fenômeno material, com artefatos, comportamentos ou emoções. É antes um modelo de conhecimento, de percepção, interpretação ou de crenças que estão por trás dos eventos observáveis e descritíveis. Conhecer uma cultura requer decifrar os códigos mentais desse modelo.
- **Cultura como sistema estrutural.** Essa perspectiva foi amplamente desenvolvida por Lévi-Strauss. As culturas são consideradas sistemas simbólicos que a mente humana criou num processo de acumulação. As “estruturas mentais inconscientes” seriam universais, e estariam subjacentes a todas as culturas, cujas diferenças estariam no nível das manifestações concretas.
- **Cultura como sistemas simbólicos.** Um dos autores mais importantes dessa teoria é o antropólogo americano Clifford Geertz. Cultura é aqui entendida como um sistema de símbolos e de sentidos (significações) partilhados pelos membros de um grupo humano. Para Geertz, esses sentidos e significados não estão internalizados reflexamente nas pessoas, mas acham-se incorporados na sua ação e na interação entre elas, enquanto são atores sociais. Estudar a cultura é antes identificar esses códigos de significados na vida e, sobretudo, em determinados eventos privilegiados e densos da vida do grupo, é interpretar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

Desse modo, torna-se evidente que a cultura está relacionada ao cotidiano dos indivíduos e a relação destes com a sociedade em que vivem. De maneira geral, pode-se afirmar que toda sociedade possui uma cultura. E, de acordo com Silva; Silva (2006) cabe a

cultura, dentre outras coisas, possibilitar a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive.

Afinal, é por meio dos elementos constituintes de uma cultura que os indivíduos se comunicam uns com os outros, desenvolvendo não apenas comportamentos e hábitos, mas também, significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade (IDEM).

Para além da análise antropológica, também é possível analisar a cultura através de uma perspectiva filosófica, pois segundo Viero (2005, p.41) “A partir do sentido histórico-antropológico de cultura, e também de um sentido mais restrito ligado ao sentido de cultivo do espírito, a antropologia filosófica compreende cultura, como sendo a maneira pela qual os humanos se humanizam”. Em suas palavras:

o ser humano é um ser cultural. Não existem, e nunca existiram mulheres e homens vivendo sem cultura, na imediatez da natureza, direcionados por instintos seguros; somente sobrevivem e se realizam pela cultura, porque há um tempo se recebem da natureza, construindo-se. A cultura permite ao ser humano encontrar-se no mundo, interpretando-se a si mesmo e interpretando o mundo, no nível das representações e no nível dos sinais vividos [...] O ser humano é um ser cultural. Não existem, e nunca existiram mulheres e homens vivendo sem cultura, na imediatez da natureza, direcionados por instintos seguros; somente sobrevivem e se realizam pela cultura, porque há um tempo se recebem da natureza, construindo-se. A cultura permite ao ser humano encontrar-se no mundo, interpretando-se a si mesmo e interpretando o mundo, no nível das representações e no nível dos sinais vividos. (VIERO, 2005, p.42).

Desse modo, pode-se afirmar, através dos estudos de Santos (2006) que a ideia de uma linha de evolução única para as sociedades humanas esteve ligada ao preconceito e a segregação social. Mas, também a relativização total do estudo das culturas desvia a atenção quanto a indagações importantes a respeito da história da humanidade, como é o caso da constatação de regularidades nos processos de transformação dos grupos humanos e da importância da produção material na história dessas transformações.

Atividade

A partir das exposições teóricas sobre o conceito de cultura, construa um quadro e explique as principais características conceituais em Tylor, Boas, Bosi.

Resposta

Referências

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.
MELLO, Vico D.S.; DONATTO, Manuella R. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo. In: **Revista crítica histórica**. 2011.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense: 2006. Coleção primeiros passos.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel, H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIERO, Glória Josefina. Inculturação da fé no contexto do feminismo. **Tese de Doutorado**. PUC-Rio, 2005.

UNIDADE I

O HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM A SOCIEDADE

26

AULA 4

A participação dos indivíduos na construção da cultura

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nesta aula discutiremos se a Cultura é determinada pela subjetividade do sujeito, ou pela objetividade da vida social.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Problematicar se a cultura é construída socialmente.

O homem é um ser histórico, mutável e que se constrói a partir da sua relação com a natureza. De acordo com Leontiev (1978), o homem pode ser considerado como um ser à parte, qualitativamente diferente dos animais. Enquanto a teoria da evolução de Darwin pressupõe o homem como um produto da evolução gradual do mundo animal e tem uma origem animal, os estudos de Engels embora, partindo da ideia de uma origem animal do homem, evidencia que o homem é radicalmente distinto “dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas as *leis socio-históricas*”. Em suas palavras:

Assim se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social de trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os seus órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar, às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra (LEONTIEV, 1978, p. 263).

Desse modo, a constituição do gênero humano tem relação com os aspectos naturais, mas, o homem é um ser cultural, pois, os elementos que o constitui são oriundos da sociedade, são adquiridos desde o processo primário de socialização. E quanto mais a sociedade se complexifica, mais relações culturais são desenvolvidas.

Ou seja, há trocas culturais e influências mútuas em todas as sociedades. Nesse sentido, se todas as culturas são dinâmicas e mudam ao longo do tempo, todas as sociedades são também históricas, independentemente de serem tribos, bandos de caçadores-coletores ou grandes Estados (SILVA; SILVA, 2006).

Jean Pierre Warnier, em *A Mundialização da cultura* (2003) compreende que enquanto totalidade complexa que compreende as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem em sua condição de membro da sociedade, a cultura possui certas características.

Não há cultura-tradição que não seja ligada a uma dada sociedade, histórica e geograficamente situada. Uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta. Reciprocamente, não há nenhuma sociedade no mundo que não possua sua própria cultura. É aí que a cultura é socializada (WARNIER, 2003, p. 13).

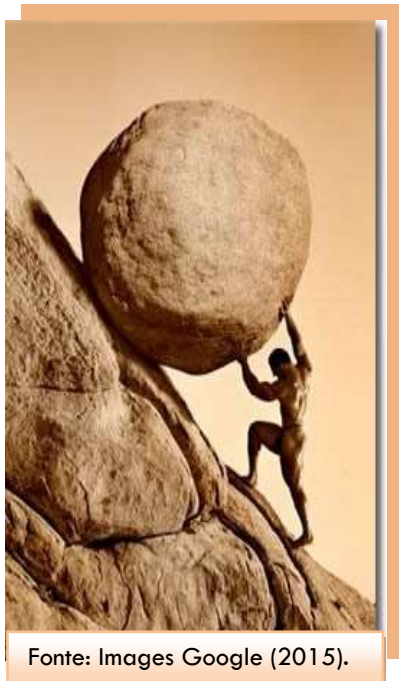
Já Laraia (2009) defende a tese de que ao adquirir cultura o homem se socializa cada vez mais e, portanto, iria perdendo a propriedade animal geneticamente determinada de repetição dos atos de seus antepassados, ao se tornar cada vez mais social, o homem não precisa reproduzir esses atos ou mesmo se submeter a estes. Em suas palavras:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2009, p. 43).

Contudo, cabe a explicação de que, não é que o homem ao socializar-se perca sua relação com a natureza, mas, tratar-se de deixar claro que, as leis biológicas não determinam o desenvolvimento do homem enquanto ser social. Conforme Leontiev (1978, p. 264):

Não queremos com isto dizer que a passagem ao homem pôs fim à ação das leis da variação e da hereditariedade ou que a natureza do homem, uma vez constituída, não tenha sofrido qualquer mudança. O homem não está evidentemente subtraído ao campo de ação das leis biológicas. O que é verdade é que as modificações biológicas hereditárias não determinam o desenvolvimento sócio-histórico do homem e da humanidade; este é doravante movido por outras forças que não as leis da variação e da hereditariedade biológicas.

Os estudos de Leontiev (1978), já sinalizam para o fato de que por meio do trabalho os homens vão modificando a natureza, visando atender as suas carências e necessidades, e ao mesmo tempo, estes homens também se modificam, pois adquirem novas habilidades, conhecimentos e capacidades.



Fonte: Images Google (2015).

Ao criar objetos, os faz, visando satisfazer suas necessidades. Os homens constroem seus meios de produção, seus instrumentos e até equipamentos mais complexos como as máquinas, como os computadores, etc. Leontiev (1978, p. 265) “Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte”.

Para Jean Warnier (2003), o indivíduo não é um ser sob influência, inteiramente pilotado de fora pela sociedade à qual ele pertence e de dentro por sua própria cultura incorporada. De acordo com seus estudos, cada um age sobre si mesmo e sobre os outros, de acordo com os seus meios, grandes ou pequenos. Essa ação comporta certa parte de liberdade e de racionalidade. Além disso, para alcançar seus objetivos, a ação em sociedade deve levar em conta a ação dos outros e ajustar-se a ela. Em suas palavras:

É aí que a cultura e a identificação têm um papel importante, ao propor repertórios de ação e de representação, prontos para serem usados, permitindo que os atores ajam segundo as normas do grupo. Ao adotar esses repertórios, eles afirmam sua vinculação, ao mesmo tempo em que agem por conta própria, inclusive nos conflitos de poder e de interesse que os opõem aos outros atores. Estes repertórios dão um sentido à ação. Eles a legitimam aos olhos do sujeito e de seus protagonistas (WARNIER, 2003, p. 18-9).

Ao mesmo tempo, no decurso da atividade dos homens, as suas aptidões, os seus conhecimentos e o seu saber-fazer cristalizam-se de certa maneira nos seus produtos (materiais, intelectuais, ideais). Essa é a razão por que todo o progresso no aperfeiçoamento, por exemplo, dos instrumentos de trabalho, pode considerar-se deste ponto de vista, como marcando um novo grau do desenvolvimento histórico nas aptidões motoras do homem; também a complexificação da fonética das línguas encarna os progressos realizados na articulação dos sons e do ouvido verbal, os progressos das obras de arte, um desenvolvimento estético, etc. (LEONTIEV, 1978).

Baseando-se nos estudos de Leontiev (1978), pode-se afirmar que cada indivíduo faz parte da esfera natural, mas diante da imperiosidade de satisfação das suas necessidades, ele se torna social. Pois, “o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana”.

O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inúmeras gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são criadores. As gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhes foram transmitidas e ‘passam o testemunho’ do desenvolvimento da humanidade (Ibidem, p. 267).

De acordo com Leontiev (1978), foi Karl Marx o primeiro que forneceu uma análise teórica da natureza social do homem e do seu desenvolvimento sócio-histórico. Marx (1996) pressupõe que não há produção e reprodução social sem que haja transformação da natureza em meios de subsistência que atendam as necessidades dos homens, ou seja, não há sociedade sem natureza. Toda e qualquer sociedade possui uma intrínseca dependência com a natureza pelo fato da mesma proporcionar os bens, através da ação transformadora pelos homens, que produz e reproduz as sociedades.



Fonte: Images Google (2015).

A existência da natureza não depende do homem, se assim fosse não teria existido antes do mesmo, mas pelo contrário, a produção e a reprodução social dependem da natureza para assim se efetivarem. As formas como os homens se organizam para realizar tal transformação muda com o desenvolvimento histórico da humanidade, porém sua relação de dependência com a natureza permanece independentemente de tal organização.

Sobre isto, Lessa (2007, p.81) afirma que “[...] é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social”.

Logo, podemos dizer que o trabalho possibilitou o desenvolvimento da humanidade de um modo geral, pois o trabalho exigiu dos seres humanos novas formas de relações entre si e o meio. Assim, pelo trabalho os homens se tornaram agentes construtores de sua própria história.

Atividade

De acordo com Silva; Silva (2009) há trocas culturais e influências mútuas em todas as sociedades. De posse dessa afirmativa, construa um painel (no Power point) com figuras, imagens em geral que retratem essa afirmativa. Envie esse trabalho para seu tutor.

30

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

LEONTIEU, Alexis N. O homem e a cultura. In: **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa. Livros Horizonte, 1978.

31

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel, H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

WARNIER, Jean P. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

UNIDADE I

O HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM A SOCIEDADE

32

AULA 5

Sociedade e cultura: qual a relação?

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nessa aula iremos compreender como se dá a relação entre a sociedade e a cultura.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Identificar a influência de Durkeim, Marx e Weber na geografia.

De acordo com Leontiev (1978) a experiência sócio-histórica da humanidade se acumula sob a forma de fenômeno do mundo exterior objetivo. Este mundo, o da indústria, das ciências e da arte, é a expressão da história verdadeira da natureza humana; é o saldo da sua transformação histórica. Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto.

A principal característica do processo de apropriação ou de “aquisição” é, portanto, criar no homem aptidões novas, funções psíquicas novas. É nisto que se diferencia do processo de aprendizagem dos animais. Enquanto este último é o resultado de uma adaptação individual do comportamento genérico a condições de existência complexas e mutantes, a assimilação no homem é um processo de reprodução, nas propriedades do indivíduo, das propriedades e aptidões historicamente formadas da espécie humana (ibidem, grifo nosso p. 268).

As análises sobre o processo de constituição da sociedade e a maneira como os indivíduos se relacionam, também foi objeto de investigação no âmbito da sociologia, tendo

como principais expoentes Saint-Simon, August Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

Antes de adentrarmos nas análises sociológicas sobre a constituição da sociedade, cabe salientar que a participação de cada indivíduo em sua cultura é sempre limitada, pois, “nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. Assim, qualquer que seja a sociedade, não existe a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos de sua cultura” (LARAIA, 2009, p. 89).

Segundo Quintaneiro (et al, 2003), diante das mudanças provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, registra-se na história um extraordinário impulso para que o modo sociológico de investigar e interpretar a realidade social se tornasse possível. Buscando-se explicações sobre a origem, a natureza e os possíveis rumos que tomariam as sociedades em vias de transformação, as questões relacionadas à liberdade, moral, leis, direito, obrigações, autoridade e desigualdade, ganharam destaque e foram sendo estudadas sob diferentes paradigmas teóricos.

Reproduzindo fielmente as análises de Quintaneiro (et al, 2003), podemos listar as seguintes contribuições teóricas:

Claude Henri de Rouvroy, conde de **Saint-Simon** (1760-1825). Um dos fundamentos da análise sociológica de Saint-Simon é, precisamente, a existência de classes sociais dotadas de interesses conflitantes. Saint-Simon acreditava no industrialismo como domínio da natureza, sendo a história humana a do trabalho material e espiritual ou do esforço coletivo - que engloba os avanços da ciência. A característica fundamental da sociedade

moderna era, para ele, como o fora para os iluministas, o progresso. A sociedade não seria “um

simples aglomerado de seres vivos cujas ações, independentes de toda finalidade, não têm outra razão que a arbitrariedade das vontades individuais”, mas um verdadeiro ser animado, mais ou menos vigoroso, e cujas partes corresponderiam distintas funções. A base da sociedade é a produção material, a divisão do trabalho e a propriedade. As vidas individuais seriam as engrenagens principais que contribuiriam para o



Fonte: Images Google (2015).

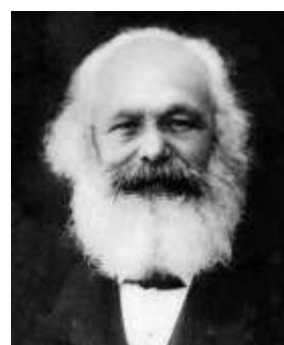


Fonte: Images Google (2015).

progresso da civilização. Todas as sociedades possuem ideias comuns, e seus membros gostam de sentir os laços morais que garantem sua união com os demais. A cada tipo de estrutura social corresponde uma moral e, na sociedade industrial, ela se vincula à produção e ao trabalho.

Auguste Comte (1798-1857). Ele foi o grande divulgador do método positivo de conhecimento das sociedades, sintetizado em: “ciência, daí previdência, daí ação”. Tratava-se de conhecer as leis sociais para poder prever racionalmente os fenômenos e agir com eficácia; explicar e antever, combinando a estabilidade e a atividade, as necessidades simultâneas de ordem e progresso - condições fundamentais da civilização moderna. Uma das grandes preocupações de Comte era a crise de sua época, causada, segundo ele, pela desorganização social, moral e de ideias. A solução se encontraria na constituição de uma teoria apropriada - a Sociologia - capaz de extinguir a anarquia científica vigente, origem do mal. Esse seria, precisamente, o momento em que se atingiria o estado positivo, o grau máximo de complexidade da ciência. Para isso, era indispensável aperfeiçoar os métodos de investigação das leis que regem os fenômenos sociais, ou seja, descobrir qual é a ordem contida na história humana, lembrando que o princípio dinâmico do progresso deveria estar subordinado ao princípio estático da ordem. Para que fosse possível a reorganização social, era necessário reconstruir previamente as opiniões e os costumes por meio da “sistematização dos pensamentos humanos”. Esta seria a tarefa do positivismo, composto “de uma filosofia e de uma política... uma constituindo a base, a outra a meta de um mesmo sistema universal”.

Em meados do século 19, **Karl Marx** (1818-1883), afastando-se da filosofia idealista alemã, concentrava seus esforços em compreender “os homens de carne e osso”, movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da História. Embora sua obra não possa ser considerada estritamente sociológica, ela lançou as bases para explicar a vida social a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho, e de seu papel enquanto



Fonte: Images Google (2015).

agentes transformadores da sociedade. Isto trouxe de volta ao centro do debate político e intelectual o tema da desigualdade social, vinculando-o a processos histórico-sociais. Marx e Engels questionam o materialismo feuerbachiano que se limitava a captar o mundo como objeto de contemplação e não como resultado da ação humana. Por isso, o materialismo feuerbachiano não fora capaz de vê-lo como passível de transformação através da atividade revolucionária ou crítico-prática. É a unidade entre a teoria e a práxis que dá sentido à frase:

“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos, cabe transformá-lo”. Para Marx e Engels, a alienação associa-se às condições materiais de vida e somente a transformação do processo de vida real, por meio da ação política, poderia extingui-la. Na sociedade capitalista, o sujeito que realiza as potencialidades da história é o proletariado, libertando a consciência alienada que atribui à realidade histórica uma aparência mágica, enfeitada.

A maior parte da vida de **Durkheim** (1870-1940), época caracterizada pela instabilidade política e pelas guerras civis. A sociedade europeia mostrava-se a seus olhos, ainda pouco integrada e cheia de contradições, a família e a religião acusavam sinais do enfraquecimento de suas antigas funções. Ele acreditava ser necessário descobrir novas fontes de solidariedade e de consenso entre os membros da sociedade para fortalecer sua coesão.

O positivismo foi a corrente de pensamento que teve maior influência sobre o método de investigação que ele elegeu como o mais correto para a coleta dos dados, a fim de que a Sociologia ultrapassasse os obstáculos impostos pelas noções vulgares e pela afetividade. Para ele, a moral consiste em “um sistema de normas de conduta que prescrevem como o sujeito deve conduzir-se em determinadas circunstâncias”. No entanto, tais normas distinguem-se de outros conjuntos de regras porque envolvem uma noção de dever, constituem uma obrigação, possuem um respeito especial, são sentidas como desejáveis e, para cumpri-las, os membros da sociedade são estimulados a superar sua natureza individual. As normas morais têm uma finalidade desejável e desejada para aqueles a quem se destinam. Elas não são uma mera ordem...

“experimentamos um prazer sui generis em cumprir com nosso dever porque é nosso dever. Cada povo, em um certo momento de sua história, possui uma moral.

Max Weber - a discussão realizada por Weber sobre a objetividade das ciências sociais merece uma consideração cuidadosa. Segundo o autor, para chegar ao conhecimento que pretende, o cientista social efetua quatro operações: 1) estabelece leis e fatores hipotéticos que servirão como meios para seu estudo; 2) analisa e expõe ordenadamente “o agrupamento individual desses fatores historicamente dados e sua combinação concreta e



Fonte: Images Google (2015).



Fonte: Images Google (2015).

36

Realize uma pesquisa bibliográfica na internet, buscando identificar a influência nos dias atuais das análises de Durkheim, Marx e Weber para os estudos na Geografia. De posse destas informações, elabore um resumo (até 2 páginas) expondo essas contribuições teóricas para essa ciência que estuda as relações entre natureza e sociedade. Envie para seu tutor, **através do Moodle**.

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

LEONTIEU, Alexis N. O homem e a cultura. In: **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa. Livros Horizonte, 1978.

37

BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. In. **Revista do curso de direito da FSG**. Caxias do Sul, 2009. p. 141-151.

UNIDADE II

CULTURA E IDENTIDADE

AULA 1

As relações existentes entre cultura, poder e identidade

38

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nesta unidade, discutiremos sobre a relação existente entre a cultura e a construção da identidade. Será que existem culturas que exercem poder sobre outras? Há uma cultura melhor do que outra? Quem define o poder das culturas e das identidades?

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Analisar a relação entre cultura, poder e identidade no desenvolvimento social e humano.

Objetivos Específicos

- Apontar as diferentes perspectivas na análise sobre identidade cultural;
- Identificar a relação existente entre geografia cultural e territorialidade. .

Baseando-se nos estudos de Rosa (s/d), pode-se afirmar que: a identidade é observada a partir de diferentes vertentes. De acordo com a autora, alguns autores utilizam a perspectiva da identidade pessoal, do nível psíquico das identidades e das subjetividades modernas, como um dos caminhos para a discussão do termo, como por exemplo Giddens (2002) e Turkle (1997). Entretanto, também há aqueles defendem a ideia de uma identidade coletiva ligada a sistemas culturais específicos. “Nesta perspectiva a identidade é compreendida como culturalmente formada e, por sua vez, está ligada a discussão das identidades coletivas, como as identidades regionais e nacionais e outras que formam quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real” (HALL, *apud* ROSA, s/d, p.2). No entanto, o autor não coloca estas duas posições em oposição, pois há uma forte

relação entre o subjetivo e o coletivo na vivência das identidades. Para ela, “na verdade elas exercem uma interdependência e sua função social: não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for incorporada à identidade pessoal de cada agente social”.

De acordo com Rosa (s/d), diante das transformações ocorridas na sociedade, a identidade cultural possui uma nova configuração, pois, permite a vivência de diversas identidades culturais, sendo assim, menos essencializada. Percebe-se que o tradicional coabita com o moderno, não a anulação entre eles, a realidade social permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e possam ser vivenciadas concomitantemente pelos indivíduos sociais.

De acordo com Stuart Hall (2006), a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social, e nos alerta que o próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas. Assim, distingue três concepções de identidade: a) sujeito do Iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno⁴.

- A) **Sujeito do Iluminismo** - O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo — contínuo ou "idêntico" a ele — ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Direi mais sobre isto em seguida, mas pode-se ver que essa era uma concepção muito "individualista" do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade dele: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino).
- B) **Sujeito sociológico** - refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos

⁴ As exposições abaixo são citações diretas do Livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de autoria de Stuart Hall, reeditado em 2006.

que ele/ela habitava. G.H. Mead, C.H. Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção "interativa" da identidade e do eu. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior"—entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis.

- C) **Sujeito pós-moderno** - compreendido como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente.

Castells (1999), por sua vez, compreende a construção da identidade como fonte de significado e experiências de um povo. Analisando os estudos de Castells; Nishida e Marzano (2002) os mesmos afirmam que: a Identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes.

Não se deve confundi-la com papéis, pois estes determinam funções e a identidade organiza significados. A construção da identidade depende da matéria prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade. Há uma distribuição entre três formas e origens de construção de identidades:

- Identidade legitimadora: introduzida pelos dominantes para expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- Identidade de resistência: criada por atores contrários a dominação atual, criando resistências com princípios diferentes ou opostos a sociedade;
- Identidade de projeto: quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.



Tais apontamentos evidenciam que a questão da identidade está diretamente relacionada com as relações sociais que os homens desenvolvem em seu processo histórico, e que inseridos em sociedades de classe, a legitimação de identidades, pode favorecer a consolidação de poder e hierarquia entre povos, nações, indivíduos.

De acordo com Berlatto (2009), tendo como base as análises de Berger e Luckmann (1976), “a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade”. A identidade está diretamente relacionada com as interações entre indivíduo e seu meio social. Parafraseando os autores:

[...] a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob certo ponto de vista – e exclusão – visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros (BERGER; LUCKMANN, *apud* BERLATTO, 2009, p. 142).

Desse modo, Berlatto (2009) explica que o contexto, num determinado momento histórico, pode afirmar ou reprimir a existência de uma ou de várias identidades. Inseridos num contexto social, as relações entre os indivíduos são determinadas por essas determinações

do real, que orientam e representam suas escolhas, “Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, uma vez que é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais”.

Para a autora, existe uma relação dialética entre identidade e alteridade:

Na medida em que a identidade é sempre resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional e relativa, uma vez que poderá evoluir se a situação relacional for mudada, ‘seria talvez preferível adotar como conceito operatório para a análise o conceito de identificação do que de identidade’. De acordo com a situação relacional, a autoidentidade que diz respeito à capacidade de o indivíduo se nomear, terá maior ou menor legitimidade que a heteroidentidade (refere-se à força dos atributos construídos pelos outros em relação ao indivíduo). Ou seja, vai depender da relação de força entre os grupos de contato, que poderá ser uma relação de força simbólica. A heteroidentidade traduzir-se-á pela estigmatização dos grupos minoritários, numa situação de dominação caracterizada. Normalmente, nesse caso, ela conduz ao que chamamos uma identidade negativa. (BERLATTO, 2009, p. 143).

Nesse sentido, a autora defende que a questão da identidade não pode ser considerada monolítica, pois há a coexistência de processos diferenciados de identidade mista em toda a sociedade. A partir da inserção em diferentes culturas, o indivíduo desenvolveria a sua identidade (sincrética). Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa, haja vista que a identidade de um indivíduo está diretamente relacionada a uma estrutura social, o que permitiria a este localizar-se e ser localizado socialmente (BERLATTO, 2009). Tal situação evidencia que a identidade social se desenvolve em oposição a outras estabelecidas em diferentes estruturas sociais, e sendo assim, grupos com menor força simbólica estão mais vulneráveis a marginalização e a estigmatização.

Atividade

Realize a leitura complementar: **“A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais”**. De acordo com o texto:

“Falar em identidade cultural é compreender um tempo de mudança onde o moderno pode coabitar com o tradicional a comunidade pode coabitar com a sociedade, não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e sim uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais”.

Fórum - Nesse sentido, apontem fatos, tradições, valores modernos da cultura brasileira que coexistem com os valores tradicionais. Como por exemplo, a quadrilha junina estilizada, que mescla o tradicional com o moderno (atual).

Resposta

Referências

BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. In. **Revista do curso de direito da FSG**. Caxias do Sul, 2009. p. 141-151.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP e A Editora: Rio de Janeiro, 2006.

NISHIDA, Julio Cesar Candia; MARZANO, Thiago Faria. Resumo dos capítulos de 1 a 6 do Livro de Manuel Castells: **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, em 06 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~cesar/projects/lowtech/poderdaidentidade/main.htm>>. Acesso em 22 mar. 2015.

ROSA, Guilherme Carvalho de. **A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais**. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a2/GT3-26 - Identidade conceito celacom.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a2/GT3-26_-_Identidade_conceito_celacom.pdf)> . Acesso em: 22 mar. 2015.

UNIDADE II

CULTURA E IDENTIDADE

AULA 2

Geografia Cultural como abordagem teórica

44

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nesta aula discutiremos a Geografia Cultural como abordagem teórica.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Analisar o que significa Geografia cultural;
- Identificar a relação existente entre geografia cultural e territorialidade.

A nova geografia cultural tem a tendência de integrar o significado nos objetos à geografia. Conforme Silva e Martins (s/d), a geografia cultural é entendida como uma espécie de subcampo da geografia, como a geografia agrária ou geografia política. Contudo, existem autores que defendem que todos os fatos geográficos possuem, de uma forma ou de outra, uma contribuição cultural.



Fonte: Images Google (2015).

É importante salientar que o termo Geografia cultural se popularizou a partir dos estudos de Carl Sauer.

[...] geografia cultural de Carl Sauer era uma geografia que analisava a cultura sob seu aspecto mais material, eram os chamados – artefatos culturais. Estudavam-se os campos, as moradias, os animais utilizados, os instrumentos de trabalho. Focalizava principalmente as sociedades ‘tradicionais’, dando pouca ênfase às sociedades urbano-industriais (SILVA; MARTINS, S/D, p. 02).

Entretanto, em meados de 1970, os geógrafos culturais passaram a considerar que cultura envolvia não apenas o elemento material, mas também englobava os aspectos mais simbólicos e subjetivos. Pois,

Cultura não é um conceito de fácil definição, ele pode ter diversas acepções e usos. Algumas das maneiras de utilização da palavra cultura seriam: 1) É muito comum a utilização da palavra cultura num sentido artístico, ou seja, em determinadas acepções o termo cultura estaria imediatamente ligado a questões artísticas; 2) Outra utilização muito comum é a sua assimilação com erudição. A pessoa que tem cultura seria uma pessoa estudada, pessoa que fala mais de um idioma, ou, uma pessoa com uma boa formação intelectual; 3) A cultura sendo vista de uma forma mais ampla, como um conjunto de saberes que são transmitidos como herança, acontecendo de forma mais complexa, envolvendo os valores, as crenças, as normas de conduta, a linguagem, os símbolos e toda uma rede de relacionamentos numa espécie de transmissão e formatação social (ibidem).

Deste modo, o conceito de cultura dentro da geografia cultural é compreendido de maneira mais abrangente, envolvendo aspectos como conhecimentos, valores, etc. Referenciando esse posicionamento, a autora se utiliza dos estudos de Paul Claval (2001):

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. [...] Os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo. Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas. (CLAVAL, *apud* SILVA; MARTINS, S/D, p. 02).

A geografia cultural, por considerar a cultura como elemento essencial no desenvolvimento social e humano, busca captar as práticas culturais desenvolvidas pelos indivíduos em diferentes espaços geográficos, analisando de que forma os traços culturais influenciam nas construções das espacialidades, ou nas relações sociais. Passa-se a observar mais atentamente a relação existente entre identidade e território. Assim:

o indivíduo não é uma abstração, ele não surgiu do nada, ele faz parte de todo um processo de constituição, ele participa de redes de relacionamentos que implicam também em redes simbólicas preñes de significados. As histórias pessoais ganham alcance social na medida da inscrição de cada pessoa nos grupos mais amplos que lhe servem de contexto (SILVA; MARTINS, S/D, p. 11).



Referências

CORREA, Roberto L. **Sobre a geografia cultural**. 2009. Disponível em: <www.ihgrgs.or.br>. Acesso em: 12 fev. 2015.

SILVA, Gustavo H. de A.; MARTINS, Josimone M^a B. **A história oral como conhecimento aplicado na pesquisa em geografia cultural**. Disponível em: <www.necr.com.br>. Acesso em 15 fev. 2015.

UNIDADE III

CULTURA E IDENTIDADE

AULA 3

Problematizando território e territorialidades

48

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nessa aula problematizar as concepções de território e territorialidades.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Conhecer a diferença conceitual entre território e territorialidade;
- Problematizar territorialidade/poder e território/espço de ação.

De acordo com Filho (2013), a construção de conceitos é parte indissociável de qualquer esforço teórico de compreensão do real. Baseando-se numa geografia crítica, Filho (Ibidem), se apropria dos conceitos espaço social em Henri Lefebvre, de espaço geográfico (ou território usado) para Milton Santos, e de território para Rogério Haesbaert.



Fonte: Images Google (2015).

De acordo com o Filho (Ibidem, p. 41):

De espaço receptáculo e palco dos acontecimentos, passa-se cada vez mais ao entendimento do espaço como elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade. Haesbaert (2012) critica a ideia de desterritorialização, apresentada geralmente como decorrente da compressão do espaço e do tempo, da erradicação das distâncias, da fragilização das fronteiras e da crise do Estado-nação, processos associados à globalização e à difusão da comunicação instantânea. Entretanto, para o autor, o enfraquecimento da mediação espacial nas relações sociais esbarra na emergência de novos processos que reenfazem uma base geográfica, como a questão ecológica, o acesso a recursos naturais, a delimitação de novas fronteiras, novos regionalismos etc. Num sentido mais amplo, não se poderia nunca falar-se de um 'fim dos territórios', na medida em que o conceito de sociedade implicaria sempre a sua concomitante espacialização/territorialização.

Desde modo, pode-se afirmar que embora exista uma relação entre espaço e território, ambos como produtos do processo histórico, não se pode compreendê-lo como sinônimos. Pois, mediante os estudos na geografia cultural, as análises sobre espaço e território são desenvolvidas, percebendo que a realidade social é determinada por aspectos histórico-culturais que constroem e (re)constroem determinados espaços geográficos. Nas palavras de Abrão (2010, p. 47):

[...] aspecto este, relevante para a compreensão das dinâmicas dos locais em que se destacam os sentimentos, as intuições, os ideais, os anseios, as experiências e os símbolos de vida cotidiana como elementos territorializantes. Entendemos que os paradigmas da Geografia estão inseridos numa lógica e perspectiva espaço-temporal e, assim, expressam movimento. Conforme se dá o direcionamento científico, não há uma ruptura entre a evolução dos conceitos e categorias analíticas, mas sim uma complementaridade de ideias. O que antes existia, não é extinto, mas passa a coexistir às novas abordagens geográficas.

Assim, considera-se que espaço e território não são equivalentes. O espaço é anterior ao território. O território desvela as relações sociais desenvolvidas pelos homens vivendo em sociedade.

Baseado nos estudos de Filho (2013, p.42), reproduzimos que:

Espaço social em Henri Lefebvre – o desenvolvimento de uma teoria do espaço está ancorada sobre a dialética sócio-espacial. Para Lefebvre, a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura autônoma com suas próprias leis de funcionamento e transformação, nem tampouco é uma mera expressão da estrutura de classes emergindo das relações de produção. Ela é um componente, dialeticamente definido, das relações gerais de produção, que por sua vez são simultaneamente sociais e espaciais. Entretanto, as relações (espaciais) de produção não são dissociadas das relações (sociais de produção), mas sim dialeticamente inseparáveis, num materialismo histórico-geográfico. Assim, a premissa de uma dialética sócio-

espacial poderia ser encontrada na ideia de Lefebvre de que o espaço tanto expressa as relações sociais quanto reage diretamente sobre elas.

O espaço geográfico em Milton Santos - discute as categorias de modo de produção, formação socioeconômica e espaço como interdependente. Deriva daí o seu conceito de formação sócio-espacial, que explicita teoricamente que uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido, e que esse espaço só é compreensível através da sociedade. Ou seja, espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas a posteriori. Considera o espaço como fator social, instância da sociedade, e não mero reflexo social. É subordinado-subordinante, submetido à totalidade, mas dotado de certa autonomia. O espaço do homem condiciona então a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social. O espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, considerados como termos disjuntivos associados em suas relações dialéticas.

O território para Rogério Haesbaert - o autor defende que não há uma definição conceitual clara de “território” nos debates acerca da desterritorialização, entendida sempre numa relação dicotômica em relação à (re)territorialização, e associada sobretudo à predominância das redes (como opostas aos territórios). O autor defende que o que muitos chamam de desterritorialização corresponderia na verdade à intensificação da territorialização no sentido de uma “multiterritorialidade”, essa entendida como processo simultâneo de criação e destruição de territórios em diferentes modalidades (territórios-zona e territórios-rede), múltiplas escalas espaciais e novas formas de articulação territorial.

Outro teórico que contribuiu para os conceitos de território e territorialidade foi o geógrafo Claude Raffestin. Alguns autores, o classifica como aquele que realizou uma discussão teórico-metodológica sobre território, buscando compreender a dimensão geopolítica do espaço (FERNANDES, 2009). Para Raffestin:

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas [...] é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores. [...] cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade é a materialização do poder, que se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder. (1993, p. 161-62).

Raffestin, ao analisar as relações postas no cotidiano, compreende o poder como algo multidimensional, que emana dentro e fora do território nacional. Sendo assim, o poder seria a chave – “em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (FERNANDES, 2009). Analisar a territorialidade exige apreender as

51

51

Atividade

Resposta



Referências

ABRÃO, Joice A. A. Concepções de espaço geográfico e território. In: **Revista Sociedade e Território**. Natal, 2010.

FERNANDES, Dalavani. Território e territorialialidade: algumas contribuições de Raffestin. In: **Revista Perspectivas em políticas públicas**. Belo Horizonte, 2009.

52

FILHO, Joao B. M. T. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. In: **Revista Espinhaço**, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

UNIDADE II

CULTURA E IDENTIDADE

AULA 4

Valores e tradições na sociabilidade atual

53

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nessa aula iremos discutir os valores e tradições na sociabilidade atual.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Compreender a constituição histórica dos valores e das tradições;
- Relacionar valores humanos e tradições na problemática ambiental



Fonte: Images Google (2015).

Baseando-se nos apontamentos realizados por Gonçalves (2008) para compreender o significado dos valores nas relações sociais estabelecidos nesta sociedade, é imprescindível a análise do real, de qual tipo de sociabilidade existente, quais as suas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa forma, é possível perceber como essas determinações interferem na constituição de valores, regras, e tradições que conformam os

diferentes comportamentos do homem em sociedade. Em suas palavras:

A moral existe desde as formas mais primitivas de organização social e os problemas que a envolvem fazem referência direta a ações humanas reais, particulares, normativas, vivenciadas nas relações cotidianas do contexto histórico-social. As decisões tomadas em cada situação concreta, apoiadas por normas consideradas válidas por todos os membros, as ações desenvolvidas, os julgamentos e avaliações realizados antes de uma tomada de decisão, conferem, a tais problemas e situações, características de um fazer prático-moral. (GONÇALO, 2008, p. 112).

Fundado numa perspectiva mais crítica, moral e ética, embora estejam relacionadas, não configuram uma identidade, pois a ética é compreendida como uma reflexão crítica que analisa os fundamentos da moralidade posta pelas diferentes sociabilidades. De acordo com Barroco (2009), ao analisar a moral na sociedade capitalista, a autora explica:

A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro. Dadas as condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela ideia de que o 'outro' é um 'estorvo' à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é tão efêmera quanto às relações que lhes dão sustentação. (BARROCO, 2009, p. 02).

O que queremos explicitar aqui, é que os indivíduos sociais ao estabelecerem uma relação social com a cultura da sociabilidade vigente, eles apreendem e reproduzem condutas e comportamentos baseados nos costumes, tradições e normas que adquiriram em seus processos de aprendizagem (desde a socialização primária, até as mais complexas).

Tais princípios e normas que, em geral, incorporam direitos e deveres, constituem-se referências pontuais para nortear o agir humano individual e coletivo. Por isso, cada sociedade institui, em sua cultura, os fundamentos e valores básicos de uma moral extensiva a todos os seus indivíduos, que buscam a partir disso solucionar os problemas morais com os quais se deparam. (GONÇALO, 2008, p. 113).

De acordo com Barroco (2009), a moral é histórica e mutável, mas nesta sociedade, a moral tende a ser utilizada como um “instrumento de controle político e ideológico voltado à coesão social”. Através da difusão de valores (egoísmo, concorrência, segregação, preconceito, discriminação) que visam à adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante. Nas palavras de Gonçalo (2008, p.116):

Como se percebe, os valores não existem por si só, mas em função das relações que os homens estabelecem com a realidade e consigo mesmos, de onde decorrem os significados para os objetos, costumes, crenças, necessidades, interesses, princípios, ações e regras que norteiam formas de comportamento individuais e coletivas, delineando, assim, uma nítida vinculação da esfera axiológica com os propósitos da moral e da ética.

Os estudos de Barroco (2009) evidenciam que o cotidiano tende a ser um espaço de reprodução da alienação, pois internalizamos os costumes e valores do *ethos* dominante, em que os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, espaço da ultra generalização, do pragmatismo, do imediato e da heterogeneidade. Em suas palavras:

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao *ethos* dominante. (BARROCO, 2009, p. 09).

Nesse sentido, podemos afirmar que os valores e princípios são construções sociais, determinados historicamente e geograficamente, portanto, são mutáveis. Diante das mudanças ocorridas nas formas de sociabilidade, os valores, as tradições, os costumes e princípios, também podem sofrer alterações, podem ser reafirmados, ou até mesmo superados.

Concordamos com Gonçalo (2008), quando este afirma que os valores ético-morais funcionam como critério básico do agir humano, possibilitando o desenvolvimento de comportamentos necessários para o convívio social. Do ponto de vista ético, apenas o que representa significado humano pode ser avaliado moralmente.

Assim, reproduzimos aqui, alguns exemplos de avaliação moral, a partir dos estudos de Gonçalo (2008, p. 119):

Valores estéticos dizem respeito à percepção da beleza nos produtos humanos e nas coisas. Como dependem da emoção e da sensibilidade de quem os aprecia, podem suscitar avaliações subjetivas. Por isso, em um concurso de beleza feminina, por exemplo, dificilmente há consenso entre o júri e o público nas indicações das candidatas finalistas.

Valores hedônicos (do grego *hedoné*; prazer)– compreendem as diversas sensações de prazer e satisfação alcançadas através de sentimentos, da reação a determinados estímulos e do atendimento de necessidades mais imediatas. Desta forma, os valores hedônicos são apreciados de diferentes maneiras, podendo o prazer ser motivado por situações que vão desde um simples cafuné a uma relação sexual, ou da apreciação de uma pintura barroca, ou a degustação de um vinho português.

Valores úteis volta-se para a busca de resultados práticos, como objetivo de atender a necessidades mais imediatas.

Valores religiosos são aqueles que, pautados em uma atitude de fé, procuram atender às necessidades espirituais da pessoa humana, orientando-a para o respeito e a obediência a uma força sobrenatural (Deus).

Valores vitais abrangem tudo que é fundamental para assegurar o desenvolvimento e a preservação da vida humana, tal como a saúde, a paz, os alimentos, etc. Desse modo, torna-se claro que qualquer ato moral pressupõe a consciência do indivíduo, que pode reforçar ou tentar superar os valores dominantes na sociedade.

Autoavaliação

Fazer uma pesquisa sobre a compreensão/conceituação do que se constitui como **valor e tradição**. Expor na forma de quadro, relacionando com a realidade social, colocando exemplos de diferentes valores e tradições que reproduzimos no cotidiano da vida social. Enviar o **arquivo via plataforma**.

56

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. CFESS. Brasília, 2009.

GONÇALO, Edinaldo Tibúrcio. Os Valores Como Fundamento Ético do Agir Humano. In: **Revista Contexto**, 2008.

UNIDADE II

CULTURA E IDENTIDADE

AULA 5

Cultura, identidade, poder, territórios: qual a relação?

57

Apresentação

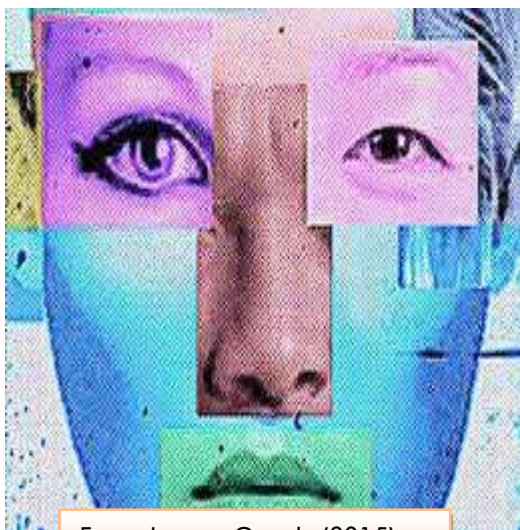
Caro (a) aluno (a),

Estamos finalizando nossa unidade dando continuidade ao debate sobre a relação existente entre a cultura, a identidade, o poder e os territórios.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Avaliar a capacidade de síntese do aluno, a respeito do conteúdo abordado na unidade.



Fonte: Images Google (2015).

A partir do exposto anteriormente, podemos afirmar que as determinações postas na realidade social, interferem ou mesmo influenciam na constituição das culturas e das identidades.

Já sabemos que território e espaço não são idênticos, e que embora existam uma relação entre estes, não podemos esquecer que de acordo com Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço, e o indivíduo ao se apropriar de um espaço (concreta ou abstratamente), esse sujeito social territorializa o espaço.

Sendo assim, é no território que se expressam as relações de poder, para Raffestin (1993) os conflitos e as divisões ocorrem no interior dos Estados. Nas palavras de Dumith (2015, p. 62):

A territorialidade, embora possa ser um componente do poder, é também uma mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade diferencial (natural e/ou socialmente produzida) do território permite. É constituinte da expressão política da identidade no território.

Dumith (2015, p 62) parafraseando Perico (2009, p. 16) nos informa que:

compreender a formação da identidade territorial do lugar de interesse pode possibilitar maior aderência de políticas públicas aos princípios de participação, autonomia e gestão social; fundamentação do pertencimento, solidariedade, coesão e ação conjunta; conciliação de interesses, mediação de conflitos e formulação de estratégias territoriais. Além disso, a identidade ajuda a resgatar tradições práticas e sociais, manifestações culturais e paisagens naturais, valorizando aspectos endógenos, fundamentais para a recuperação da autoestima e para a concretização de anseios dos atores locais.

Dumith (2015) também nos informa que a estreita relação entre o poder e saber foi (e, permanece) elemento primordial para legitimar as esferas que dominam a sociedade. Afinal, “poder não é uma organização separada, localizada em uma parte da estrutura social ou apropriada por alguém em particular, mas como algo que está distribuído e exercido em diversos níveis por meio da cadeia social e não apenas pelos tomadores de decisão do Estado”.

Para Raffestin (1993, p. 52), o PODER, seria uma palavra rebelde a qualquer definição, pois:

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o ‘Poder’ e o ‘poder’. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa. Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar.

Conforme este autor, o poder é parte intrínseca de toda relação. E ao relacionar poder e território, deve-se considerar que o território é constituído de diferentes (e articuladas) dimensões (natureza, economia, política, cultura) imbricados numa processualidade histórica e mutável, sempre relacionado a uma estrutura social. Nesse sentido, podemos afirmar que os territórios são construções sociais e estão intimamente relacionados com o poder exercido por alguma classe ou grupo social. “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (ibidem).

Atividade

A partir dos conteúdos abordados nessa unidade, construir um esquema e enviar arquivo na plataforma, evidenciando os pontos principais no que se refere:

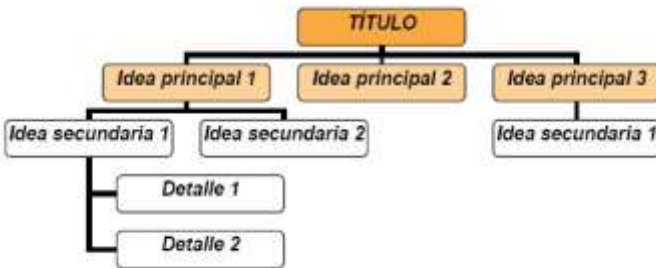
A relação entre cultura, identidade e poder.

Pode utilizar como modelo, o seguinte esquema:

```
graph TD; T[TÍTULO] --> IP1[Idea principal 1]; T --> IP2[Idea principal 2]; T --> IP3[Idea principal 3]; IP1 --> IS1[Idea secundaria 1]; IP1 --> IS2[Idea secundaria 2]; IP3 --> IS3[Idea secundaria 1]; IS1 --> D1[Detalle 1]; IS1 --> D2[Detalle 2];
```

A relação entre cultura, identidade e poder.

Pode utilizar como modelo, o seguinte esquema:



Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

DUMITH, Raquel de Carvalho. **Território, territorialidade e identidade dos pescadores artesanais**: subsídios conceituais ao planejamento e gestão de reservas extrativistas marinhas. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/405/315>. Acesso em: 15 mar. 2015.

60

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

UNIDADE III

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E EXPRESSÕES MULTICULTURAIS

AULA 1 A Globalização e o Estado

61

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Nesta unidade, os estudos serão direcionados para compreensão do papel do Estado no cenário de um mundo globalizado, evidenciando as expressões multiculturais existentes na sociedade mundializada.

Objetivo Geral

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Analisar a reorganização do Estado em decorrência dos processos de globalização.

Objetivos Específicos

- Apresentar as principais discussões sobre a diversidade cultural e humana;
- Problematicar a questão do multiculturalismo e a diversidade cultural no Brasil.

Partindo do pressuposto que vivemos numa sociedade capitalista, é importante salientar que no processo histórico, o capitalismo move-se e transforma-se continuamente; mobilidade e transformação estão sempre presentes. A evolução do capitalismo é um produto do desenvolvimento das forças produtivas, das inovações tecnológicas e



Fonte: Images Google (2015).

organizacionais e dos processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais. E mais, a vida em sociedade é determinada por um conjunto de relações de compra e venda que integram os indivíduos numa grande teia de relações de dependência recíproca (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169).

Depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, observou-se, de acordo com Harvey (1992), uma transição no interior do processo de acumulação de capital. Em busca de sanar as dificuldades encontradas para manter seus elevados níveis de acumulação e valorização do capital, o sistema capitalista adotou diversas estratégias, tais como: o deslocamento geopolítico, o investimento na tecnologia e na automação, a busca por novos mercados e por países.

No processo de globalização da economia⁵, a reestruturação produtiva⁶ que se desenvolveu em nível mundial representou uma resposta à crise do padrão de desenvolvimento capitalista baseado no fordismo e resultou num conjunto de novos padrões de gestão e de organização do trabalho (adoção do Toyotismo).

Diante desse quadro societário, tornou-se imprescindível uma mudança tecnológica, buscando novas linhas de produto e nichos de mercado, visando à expansão geográfica, além de outras medidas que possibilitassem o aceleração do tempo de giro do capital (HARVEY, 1992). Assim, foi necessário adotar uma forma mais econômica na produção, caracterizada por baixos custos com pessoal, produção em pequena escala e direcionada, além de altos níveis de produtividade. Inseridas nesse contexto sócio-histórico, as indústrias e grandes empresas buscaram novos mercados para seus produtos, acirrando ainda mais a competição comercial e exigindo uma maior variedade na fabricação dos produtos.

Chesnais (apud BEHRING, 2003) chama atenção, também, ao fato de que inseridos nesse contexto sócio-histórico, é difícil contrapor fronteiras entre os serviços e a indústria, isso ocorre em função



Fonte: Images Google (2015).

⁵A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 é conhecida (e caracteriza-se) como globalização. Ou seja, trata-se de um novo regime de acumulação capitalista, considerado um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento do capitalismo (DRUCK, 1999). É válido salientar que para alguns autores essa etapa do capitalismo seria na verdade uma Mundialização do Capital, denominação precisa para o fenômeno da *globalização*, compreendendo essa mundialização como um novo regime de acumulação predominantemente financeira (ALVES, 2003).

⁶ É importante salientar que a reestruturação produtiva constitui-se de um conjunto de mudanças no mundo da produção e na organização do trabalho, que objetivava enfrentar a Lei da queda tendencial da taxa de lucro no capitalismo.

da diversificação dessas últimas na direção dos serviços, estes com papel estratégico na acumulação (grifos do autor). O autor considera que, diante da revolução tecnológica (e de multimídia), o setor de serviços de telecomunicações ganhou destaque quanto a novos territórios de valorização do capital, impulsionados, principalmente, pelas privatizações e desregulamentações.

Inseridos nesse contexto sócio-histórico, Estado e sociedade civil também passam por notáveis e problemáticas modificações. No tocante ao Estado, a alteração mais substancial ocorreu em função da reestruturação de sua ação reguladora; essa minimização da ação estatal enquanto estratégia que buscou evidenciar o protagonismo da sociedade civil frente às demandas sociais. Desse modo, as alterações na sociedade civil estão relacionadas à crescente articulação da oligarquia financeira e pelas crises da classe subalterna, em que os movimentos sociais foram perdendo espaço (NETTO, 1996).

Desse modo, ocorreu uma reestruturação da intervenção estatal frente às demandas sociais, numa clara transferência da gestão de bens e serviços públicos para o setor privado, contudo, mediante o repasse de recursos públicos. Essa desresponsabilização estatal se expressou na ampliação de sistemas mercantis e/ou filantrópicos, em favor da suposta redução dos gastos públicos, possibilitando a ampliação do setor privado lucrativo e do chamado “não lucrativo”, bem como o desenvolvimento de atividades voluntárias complementares aos serviços públicos.

Nesse sentido, sob a égide do capital, o Estado se ajusta aos quadros estabelecidos pela economia. E, com o processo de globalização, os Estados Nacionais se adaptam à nova ordem internacional para garantir a sobrevivência de suas economias, mediante alterações dos ordenamentos jurídicos internos, notadamente quanto à flexibilização dos direitos e a desregulamentação das normas trabalhistas.

Considera-se aqui que o Estado é perpassado pelas contradições do capitalismo, e nesse cenário de globalização, cabe-lhe, mediante instituições, políticas, programas e projetos, apoiar e organizar a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações.

Atividade

Realize uma pesquisa bibliográfica e construa um quadro analítico, evidenciando os aspectos positivos e os aspectos negativos da globalização para a humanidade. Deve ser construído da seguinte forma:

GLOBALIZAÇÃO	
POSITIVOS	NEGATIVOS

Referências:

Enviar para o **tutor via Moodle**.

Visando auxiliar o estudo, vocês podem acessar os seguintes vídeos, eles retratam diferentes análises sobre a globalização:

<https://www.youtube.com/watch?v=eUKH8Db2kjk>

<https://www.youtube.com/watch?v=A- kQIUkCpw>

GLOBALIZAÇÃO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Referências:	

Enviar para o **tutor via Moodle**.

Visando auxiliar o estudo, vocês podem acessar os seguintes vídeos, eles retratam diferentes análises sobre a globalização:

<https://www.youtube.com/watch?v=eUKH8Db2kjk>

<https://www.youtube.com/watch?v=A- kQIUkCpw>

Enviar para o **tutor via Moodle**.

Visando auxiliar o estudo, vocês podem acessar os seguintes vídeos, eles retratam diferentes análises sobre a globalização:

<https://www.youtube.com/watch?v=eUKH8Db2kjk>
<https://www.youtube.com/watch?v=A- kQIUkCpw>

Visando auxiliar o estudo, vocês podem acessar os seguintes vídeos, eles retratam diferentes análises sobre a globalização:

<https://www.youtube.com/watch?v=eUKH8Db2kjk>
<https://www.youtube.com/watch?v=A- kQIUkCpw>

<https://www.youtube.com/watch?v=eUKH8Db2kjk>
<https://www.youtube.com/watch?v=A- kQIUkCpw>

<https://www.youtube.com/watch?v=A-kQIUkCpw>

Resposta

Referências

ALVES, Giovanni. **Desemprego Estrutural e Trabalho precário na era da globalização**. Disponível em: >www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.html>. Acesso em: 01 nov. 2005.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

DRUCK, Graça. **Terceirização (des)fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. "A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX". **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 1).

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 50, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

UNIDADE III

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E EXPRESSÕES MULTICULTURAIS

AULA 2 Cultura e diversidade

66

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Estamos discutindo nesta aula sobre cultura e diversidade.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Apresentar as principais discussões sobre a diversidade cultural e humana.



Fonte: Images Google (2015).

Partimos do pressuposto que as culturas são as mais diversas possíveis, embora o indivíduo seja um ser único. Na literatura atual, parece assente que cultura engloba diferentes elementos, tanto no plano material, quanto no plano imaterial. Falar de cultura envolve objetos, artefatos, ideais, crenças, tradições, e toda gama de conhecimentos e

habilidade humana. A cultura é determinada socialmente e, portanto, é mutável e diversa.

E o que é diversidade? A palavra veio do Latim (*diversitas*), que se refere à diferença, à variedade, à abundância de coisas distintas. Na língua portuguesa pode significar a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si.

Baseando-se nos estudos de Alfredo Bosi (1992), podemos afirmar que há trocas culturais e influências mútuas em todas as sociedades. Nesse sentido, se todas as culturas são

dinâmicas e mudam ao longo do tempo, todas as sociedades são também históricas, independentemente de serem tribos, estamentos ou classes sociais. Nas palavras de Gomes (2007, p.01):

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Em 2001, visando a plena realização da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO aprovou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, documento que reafirma que “a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua” (PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO DA UNESCO).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural pressupõe que “a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua”.

Os princípios norteadores da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural pode ser visualizada nos primeiros artigos que a compõem:

IDENTIDADE, DIVERSIDADE E PLURALISMO⁸

Artigo 1.º

Diversidade cultural: um patrimônio comum da Humanidade

A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no caráter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras.

⁷ Conferir o site: <http://www.dudh.org.br/definicao/>

⁸ Reprodução literal da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em seus artigos 1º ao 5º.

Artigo 2.º

Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Nas nossas sociedades cada vez mais diversas, é fundamental garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, bem como a sua vontade de viver em conjunto. Políticas visando a inclusão e participação de todos os cidadãos são garantias de coesão social, de vitalidade da sociedade civil e de paz. Assim definido, o pluralismo cultural dá expressão política à realidade da diversidade cultural. Sendo indissociável de um ambiente democrático, o pluralismo cultural favorece os intercâmbios culturais e o florescimento das capacidades criativas que suportam a vida pública.

Artigo 3.º

Diversidade cultural como um fator de desenvolvimento

A diversidade cultural alarga o leque de opções à disposição de todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória.

DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS

Artigo 4.º

Os direitos humanos como garantias da diversidade cultural

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, indissociável do respeito pelos direitos humanos. Implica um compromisso para com os direitos humanos e liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas pertencentes a minorias e dos povos indígenas. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para justificar a violação dos direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para restringir o seu âmbito.



Fonte: Images Google (2015).

Artigo 5.º

Os direitos culturais como enquadramento propício à diversidade cultural

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indivisíveis e interdependentes. O florescimento da diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais conforme definidos no artigo 27.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos artigos 13.º e 15.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Todas as pessoas devem assim ter a possibilidade de se exprimir e de criar e divulgar o seu trabalho numa língua da sua escolha, e particularmente na sua língua materna; todas as pessoas devem ter direito a uma educação e a uma formação de qualidade, que respeitem plenamente a sua identidade cultural; e todas as pessoas têm o direito de participar na vida cultural da sua escolha e de realizar as suas próprias práticas culturais, sem prejuízo do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Como podemos perceber, esta Declaração é um importante documento reconhecido mundialmente e serve de parâmetro para estabelecer relações harmoniosas entre as nações, possibilitando o direito e o respeito ao pluralismo cultural, uma vez que, a diversidade cultural é tida com um patrimônio da humanidade, além de ser um fator primordial para o desenvolvimento não apenas social e econômico, mas também, intelectual e espiritual.

Atividade

De acordo com Gomes (2007):

“Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder”.

Baseando-se nos apontamentos realizados por Gomes, discutam no fórum, sobre as seguintes questões:

1. Num cenário de globalização da cultura, há a possibilidade de um planeta democrático, unificado por uma cultura universal? Justifique sua resposta.
2. Na cena contemporânea da vida social, registramos fatos que violam a diversidade cultural e humana. Transcreva no fórum algumas reportagens (atuais) que evidenciem esses tipos de violação de direitos.

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

71

UNESCO. **Declaração Universal da Diversidade Cultural**. 2001.

UNIDADE III

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E EXPRESSÕES MULTICULTURAIS

AULA 3 Expressões multiculturais

72

Apresentação

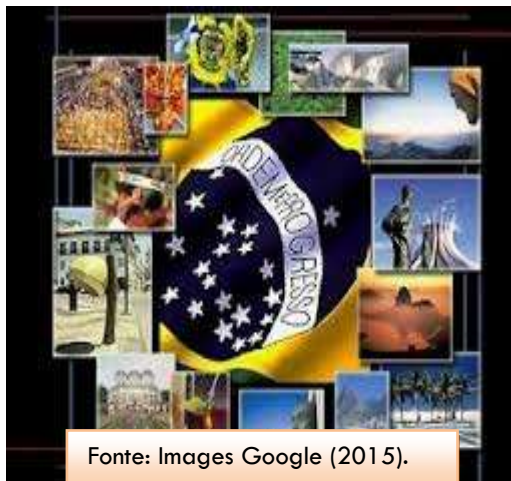
Caro (a) aluno (a),

Esta aula tem como intuito te fazer conhecer expressões multiculturais.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Problematicar a questão do multiculturalismo e a diversidade cultural no Brasil.



Fonte: Images Google (2015).

Para Warnier (2003), uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta. Reciprocamente, não há nenhuma sociedade no mundo que não possua sua própria cultura. É aí que a cultura é socializada. No quadro da globalização da cultura, um mesmo indivíduo pode assumir identificações múltiplas que mobilizam diferentes elementos de língua, de cultura ou de religião, em função do contexto. Em suas palavras:

Evidentemente, isto não quer dizer que um brasileiro ou um francês possam perder de um momento para o outro a sua língua, seus hábitos alimentares, seus repertórios de ação, ou seja, sua cultura, para se fundir perfeitamente em uma outra entidade sociocultural ao sabor das relações de força. Pensar desta forma seria um absurdo. De fato, a tradição, pela qual se transmite a cultura, impregna desde a infância o nosso corpo e a nossa alma, de maneira indelével (WARNIER, 2003, p.17).

E, embora toda cultura seja singular, geograficamente e/ou socialmente localizada, ela é transmitida por tradições reeditadas em consonância com o contexto histórico. Assim, “pode-se afirmar que as culturas sempre estiveram em contato e em relação de troca umas com as outras” (ibidem).

No que se refere ao multiculturalismo, Gusmão (2008, p. 47) nos explica que:

A concepção do multicultural e do multiculturalismo surgiu com alunos de Ruth Benedict e de Margaret Mead, M.Herkovits, R. Redefild e C. Kluckhohn, ainda nos anos 1940, motivada pelo crescente reconhecimento da diversidade social humana, exposta por duas guerras mundiais e pelas lutas de libertação dos povos coloniais. Contudo, não se trata ainda de uma perspectiva crítica em profundidade. Caberia, também, distinguir a diferença entre os termos – multiculturalidade (fato constatável que abrange toda a diversidade humana) e multiculturalismo (abordagem que intenta explicar a multiculturalidade e propor formas de intervenção em contexto multicultural) – e explorar como, quando e por que são tratados como sinônimos; a razão disso e suas consequências, quando se trata de pensar (e propor intervenção) na realidade concreta de povos, grupos, segmentos de grupos, etc.

Adensando o debate sobre globalização, multiculturalismo e direitos humanos, Boaventura Santos e Joao Nunes (2003, p.04) discutem a questão da diferença e da igualdade nos dias atuais, afirmando que:

A expressão multiculturalismo designa, originalmente de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades modernas. Rapidamente, contudo, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais num contexto transnacional e global.

Os autores consideram que o termo multiculturalismo é permeado de tensões, pode estar associado a projetos e conteúdos emancipatórios e contra-hegemônicos, alimentando o debate sobre identidade, direitos e justiça. Há também os autores que defendem que o multiculturalismo também promoveria a divisão, a hierarquização entre as nações, fragmentando a sociedade e ameaçando a coesão social⁹.

Alfredo Bosi (1992), ao analisar a cultura brasileira questiona o fato de nos referirmos a cultura brasileira no singular, pois, considera que no Brasil não existe uma uniformidade nas manifestações materiais e culturais do povo. Em suas palavras:

⁹Para um maior detalhamento pode conferir a dissertação de mestrado intitulada: “Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade”, de autoria de Carolina Kretzmann. Disponível em: http://tede.uca.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=93

Talvez se possa falar em cultura bororó ou cultura nhambiquara tendo por referente a vida material e simbólica desses grupos antes de sofrerem a invasão e aculturação do branco. Mas depois, e na medida em que há frações do interior do grupo, a cultura tende também a rachar-se, a criar tensões, a perder a sua primitiva fisionomia que, ao menos para nós, parecia homogênea. A tradição da nossa Antropologia Cultural já fazia uma repartição do Brasil em culturas aplicando-lhes um critério racial: cultura indígena, cultura negra, cultura branca, culturas mestiças. (BOSI, 1992, p. 17).

Para o autor, a cultura envolve elementos materiais e imateriais que são produzidos pelos homens vivendo em sociedade, e que são compartilhados por grupos relativamente coesos. Assim, ele identifica uma pluralidade na cultura brasileira:

[...] poderíamos falar em uma **cultura erudita** brasileira, centralizada no sistema educacional (e principalmente nas universidades), e uma **cultura popular**, basicamente iletrada, que corresponde aos mores materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna. A essas duas faixas extremas bem marcadas (no limite: Academia e Folclore) poderíamos acrescentar outras duas que o desenvolvimento da sociedade urbano-capitalista foi alargando. A **cultura criadora** individualizada de escritores, compositores, artistas plásticos, dramaturgos, cineastas, enfim, intelectuais que não vivem dentro da Universidade, e que, agrupados ou não, formariam, para quem olha de fora, um sistema cultural alto, independentemente dos motivos ideológicos particulares que animam este ou aquele escritor, este ou aquele artista. Enfim, a **cultura de massas**, que, pela sua íntima imbricação com os sistemas de produção e mercado de bens de consumo, acabou sendo chamada pelos intérpretes da Escola de Frankfurt, indústria cultural, cultura de consumo (BOSI, 1992, p.10).

Tais posicionamentos evidenciam que toda cultura possui seus valores, ideias e princípios que a caracterizam, porém, esses na verdade já são frutos de uma miscelânea decorrente da interação com tantas outras culturas. Sendo assim, mesmo sabendo das particularidades de cada cultura, não devemos reforçar a ideia de que exista uma cultura predominante e subjugué as demais. Pois, como dito anteriormente, a cultura é uma construção social, advinda das relações sociais estabelecidas historicamente, e que no desenvolvimento social e humano, podem ser reafirmadas, negadas, ou reformuladas. Em síntese: *“Nenhuma cultura é monolítica. Todas as culturas comportam versões diferentes da dignidade humana, algumas mais amplas do que outras, algumas mais abertas a outras culturas do que outras. Os grupos culturais não são homogêneos e padronizados”* (CANDAU, 2008).

Atividade

Construa um texto analítico (máximo de 4 páginas), abordando a questão do multiculturalismo e a diversidade cultural no Brasil. Para esse exercício, utilizem figuras que demonstrem as características próprias da diversidade no Brasil e aquelas que “fogem” aos padrões definidos como válidos e aceitáveis em nossa sociedade.

Enviar para o tutor via plataforma.

75

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

SANTOS, Boaventura de S.; NUNES, João A. **Introdução:** para ampliar o canône do reconhecimento, da diferença, da igualdade. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

76

CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: **Revista Brasileira de Educação**. 2008. p.45-56.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. In: **Revista Pro-Posições**. 2008. p. 47-82

WARNIER, Jean P. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

UNIDADE III

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E EXPRESSÕES MULTICULTURAIS

AULA 4

Práticas culturais, comunicação e sociabilidade

77

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Discutiremos nesta aula as práticas culturais, comunicação e sociabilidade.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Discutir sobre as novas Práticas nas Culturas Urbanas.

Conforme Laraia (2009) explicitou em seus estudos, a cultura é um processo acumulativo, é resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Sendo que o indivíduo desenvolve suas ações e percepções de mundo e de homem, a partir de seus padrões culturais.

A realidade social na qual nos situamos é composta por culturas distintas, em que diversos grupos socioculturais conquistam presença nos cenários públicos, expressando o caráter de um povo. A identidade de um povo está diretamente relacionada com a cultura. Para Candau (2011, p. 333):



Fonte: Images Google (2015).

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras - se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural.

Nesse cenário de diversidade cultural, sexual, religiosa, etc., Fróis (2004, p. 04), explica que:

O contato entre povos de diferentes culturas, sobretudo após a aceleração do processo de globalização verificado desde o esvaziamento pragmático do socialismo e certamente em decorrência da polarização mundial após a Segunda Grande Guerra, tornou-se, contudo, um processo de contínua hibridização fragmentar: a base das novas formas culturais verificadas não são as nações, mas os indivíduos. A eliminação de barreiras nacionais – da qual a queda do muro de Berlim é o ícone mais enfático – fez com que as barreiras ideológicas se concentrassem em atores sociopolíticos, econômicos e culturais.

É nesse cenário de modificações societárias que a disseminação da informação e da comunicação torna-se um importante elemento na inter-relação nacional e internacional. Afinal, como afirma Caune (2008), qualquer fenômeno cultural funciona como processo de comunicação, e a comunicação também pode ser compreendida como manifestação da cultura. Conforme Caune:

A aproximação entre as noções de cultura e de comunicação não é da ordem das circunstâncias históricas ou técnicas, ainda que a industrialização da cultura e o desenvolvimento das comunicações de massa tenham contribuído a deslocar as fronteiras, a modificar os atores e a confundir as funções. (2008, p. 37).

Para o autor, entre cultura e comunicação existe uma “estranha relação”, em que “uma não se constitui nem se explica sem a outra”. Embora distintas, elas se inter-relacionam, pois estão inseridas nas relações sociais e históricas que os homens estabelecem em seu processo de desenvolvimento e transformação.

De acordo com Caune (2008), há traços semelhantes entre cultura e comunicação, pois refletir sobre cultura e sobre comunicação remete compreender as relações entre indivíduo e sociedade. Sendo a cultura um elemento constituinte da sociedade, os suportes de comunicação são também construtos humanos e sociais em que “as relações de comunicação envolvem os indivíduos através das relações intersubjetivas e através dos fenômenos de recepção ligados aos meios de comunicação” (ibidem, p.37).

Além deste aspecto, o autor também chama a atenção para o fato de ambos desempenharem funções na sociabilidade. Em suas palavras, “a convergência das tecnologias da informação e da comunicação, produz vários efeitos sobre os processos de produção e de



Fonte: Images Google (2015).

difusão do saber, sobre as maneiras de pensar, sobre o lazer e, de modo mais geral, sobre os comportamentos e as identidades culturais” (ibidem, p. 38).

Diante disto, alguns autores, a exemplo de Candau (2011), tem desenvolvido estudos e produzido conhecimento sobre como as diferenças culturais devem ser trabalhadas no cotidiano escolar mediante o exercício de inovadas práticas pedagógicas.

Para Candau (2011), discutir a questão das diferenças e da diversidade é essencial nas práticas

educativas, afinal a dimensão cultural é fator primordial nos processos de aprendizagem dos indivíduos. Reforçando a importância da relação entre comunicação e cultura, Caune (2008) afirma que:

Em primeiro lugar, o uso de um meio de comunicação não tem por função unicamente fornecer dados informativos. Ao invés disso, ele é o lugar de participação e de ação sobre um mundo vivo e global, ordenado e constituído. A comunicação, enquanto configuração de forças ativas, nos implica, geralmente de maneira indireta, e nos conduz a assumir nosso posicionamento social. Em segundo lugar, o processo de comunicação é a base de toda construção de uma comunidade. [...] A consideração da dimensão cultural da comunicação pode ser definida como a consideração do processo simbólico através do qual a realidade se constrói, se mantém e se transforma. (CAUNE, 2008, p. 40).

Podemos considerar então a comunicação como um importante instrumento na formação cultural. Afinal, as tradições, os valores e os princípios são transmitidos entre gerações a partir das formas de comunicação que os seres sociais desenvolvem. Não se pode ignorar que é através dos diferentes meios de comunicação que as culturas são disseminadas, assimiladas e questionadas.

Desse modo, conscientes de que os meios de comunicação estreitam as relações culturais (mundiais), não devemos ignorar que estas relações também são atravessadas por questões de poder, além de marcadas por hierarquizações e



Fonte: Images Google (2015).

segregação entre os grupos socioculturais (pensemos no processo de colonização brasileira, ou mesmo nas relações econômicas atuais entre Europa e América Latina), fato este, que merece ampla discussão e reflexão crítica.

Além deste aspecto da relação entre cultura e comunicação, outra dimensão bem atual no cenário contemporâneo é a relação de subordinação do indivíduo às novas tecnologias. A inserção de altas tecnologias no cotidiano humano tem aspectos positivos e também aspectos negativos, chegando a gerar uma discussão sobre uma suposta “sociedade do consumo”, em que o **ter** seria mais importante do que o **ser**, reforçando assim, padrões alienantes entre o indivíduo e objeto.

Outro aspecto pertinente nesse debate é a existência de uma suposta Era da Informação, e de uma Cibercultura. Diante das novas tecnologias de comunicação, se fala em sociedade em rede e Cibercultura, cuja base estruturante das novas relações seria a Internet.

A respeito desse debate, Manuel Castells (1999) defende que o final do século XX é marcado por uma transformação da “cultura material” diante do novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação. Uma denominada revolução tecnológica, cuja centralidade não está no conhecimento e na informação, mas na aplicabilidade desses, na geração de dispositivos de processamento / comunicação da informação, em um ciclo de retroalimentação acumulativo entre a inovação e seu uso (ibidem, p. 69). Em suas palavras:

[...] Computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são amplificadores e extensões da mente humana. O que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradia, sistemas de transporte e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens. A integração crescente entre mentes e máquinas está [...] alterando fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos ou morremos. Com certeza, os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua. (CASTELLS, 1999, p.69).

Outro autor que tem contribuído com esse debate é Lévy (1999), ele analisa esta sociedade em rede e a denomina de Cibercultura, pois, entende que as interações sociais tendem a ocorrer numa realidade virtual, proporcionando aos indivíduos uma nova experiência no que se refere a espaço-tempo. Nesse cenário “cibercultural” a comunicação se globaliza, começa a instituir novos valores e símbolos na vida cotidiana, que por sua vez que influenciam diretamente nas relações pessoais, sociais, econômicas e políticas. Surgem novas relações entre indivíduo –espaço- tempo. Poderíamos pensar em novas formas de

Atividade

1

“As Redes sociais podem se tornar palco de difusão de preconceito e discriminação? Fundamente sua resposta”.

Resposta

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. In: **Revista Currículo sem Fronteiras**, 2011.

82

CAUNE, Jean. As relações entre cultura e comunicação: núcleo epistêmico e forma simbólica. In: **Líbero** - Ano XI - nº 22 - Dez 2008.

FRÓIS, KatjaPlotz. GLOBALIZAÇÃO E CULTURA A IDENTIDADE NO MUNDO DE IGUAIS. In: **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. 2008.

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

UNIDADE III

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E EXPRESSÕES MULTICULTURAIS

AULA 5

A denominada cultura mundializada

83

Apresentação

Caro (a) aluno (a),

Estamos finalizando nossa disciplina e unidade discutindo sobre a denominada cultura mundializada.

Objetivos

Espero que ao final dessa aula você possa:

- Avaliar a capacidade de síntese do aluno, a respeito do conteúdo abordado na unidade.



Fonte: Images Google (2015).

Conforme explicitado anteriormente, ao falar de cultura perante um mundo globalizado, torna-se necessário considerar que a construção, aquisição e transmissão desta ocorrem numa forma de sociabilidade determinada histórica e geograficamente. E, embora não possamos afirmar que a sociedade determina os padrões culturais (para não incorrer em determinismos

pragmáticos), é bem verdade que existe uma relação intrínseca com o modo como essas sociedades produzem e reproduzem suas relações. Conforme Warnier (2003), perante essa cultura globalizada, o indivíduo pode adquirir e/ou desenvolver “*diferentes elementos de língua, de cultura, de religião, em função do contexto*”. Nas palavras de Bauman:

A 'globalização' está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, 'globalização' é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, 'globalização' é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo 'globalizados' – e isso significa basicamente o mesmo para todos. (BAUMAN, 1999, p.07).



Fonte: Images Google (2015).

Perante a globalização, alguns autores defendem que estaria ocorrendo um processo homogeneização do mundo, esse processo colocaria um fim às barreiras geográficas e as nações estariam envoltas em um único sistema econômico.

É evidente que não podemos negar que os avanços nas denominadas tecnologias da informação e da comunicação possibilitou um vasto desenvolvimento no âmbito produtivo, a transnacionalização permite interligar fábricas e diversas empresas nos mais distantes locais do planeta. Mediante essas novas tecnologias, tornou-se possível estreitar as relações entre as bolsas de valores e os mercados financeiros, fator imprescindível para essa nova ordem econômica mundial. Nas palavras de Santos (1988, p. 44):

A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total. Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial.

Compartilhando com a análise crítica de Santos, ao perceber que a globalização ultrapassa a esfera da produção e atinge também as relações sociais (âmbito da reprodução social), e que a globalização faz parte do processo de desenvolvimento e valorização do capital, Bauman (1999) enfatiza que:

[...] toda dominação consiste na busca de uma estratégia essencialmente semelhante — deixar a máxima liberdade de manobra ao dominante e impor ao mesmo tempo as restrições mais estritas possíveis à liberdade de decisão do dominado [...] A integração e a divisão, a globalização e a territorialização, são processos mutuamente complementares. Mais precisamente, são duas faces do mesmo processo: a redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade de agir desencadeada (mas de forma alguma determinada) pelo salto radical na tecnologia da velocidade. [...] (assim, os) chamados processos ‘globalizantes’ redundam na redistribuição de privilégios e carências, de riqueza e pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição. Testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária.

Contudo, é válido salientar que há autores que compreendem que a mundialização da cultura é um fator primordial para o desenvolvimento econômico e social de alguns países, principalmente aqueles considerados “atrasados”. Nesse sentido, de acordo com Costa (2004, p. 259):

A questão da mundialização cultural se mostra um interessante ponto de discussão. A globalização trouxe o questionamento do espaço concreto territorializado, já que as distâncias não são mais vistas como fator de isolamento ou impedimento para os fluxos de mercadorias, informação, capital, pessoas. Porém, não é pelo fato de que os contatos desses fluxos estejam muito menos distantes que a globalização esteja produzindo uma cultura homogênea. O argumento que ressalta é o oposto: a globalização promove diversidade e possibilidades que as culturas locais não experimentaríamos sem o acesso, por exemplo, à tecnologia, especialmente na área dos meios de comunicações.

Segundo Costa (2004), o processo de homogeneização implica a diversidade de produtos, ideias e imagens, não uma eliminação das diferenças culturais locais. Para a autora, a cultura local jamais será massificada porque ela recria significados para serem atribuídos a essas novidades, tais significados podem ser bem diferentes daqueles dados pela cultura que “exportou” esses elementos. E suas palavras:

[...] embora existam de fato culturas que utilizam com maior frequência meios homogeneizadores como televisão, marketing e internet para propagarem seus modos de conduta, valores e idiosincrasias, isso não significa que os indivíduos que as absorvem estejam produzindo uma repetição mecânica desses elementos ou dizimando sua própria cultura. (COSTA, 2004, p. 261).

Desse modo, respeitando a divergência das opiniões e estudos teóricos, uma coisa é certa: historicamente, comunicação e cultura sempre se fizeram presentes na consolidação dos planos capitalistas. Essa questão exige de nós uma análise mais aprofundada da economia cultural global, percebendo suas determinações reais (políticas e sociais) e a interferência desses processos no cotidiano cultural das relações sociais. E, assim, pode-se afirmar que não há avanços unilineares, pois em sociedades de classe o progresso e a evolução se desenvolvem de maneira contraditória, o que nos impulsiona a buscar sempre mais conhecimento a respeito da dinâmica social.



86

Fonte: Images Google (2015).

Atividade

A partir dos conteúdos abordados nessa unidade, construa um esquema e envie o arquivo na plataforma, evidenciando os pontos principais no que se refere a:

Globalização, sociedade do consumo, multiculturalismo.

Você pode utilizar como modelo, o seguinte esquema:

```
graph TD; T[TÍTULO] --> IP1[Idea principal 1]; T --> IP2[Idea principal 2]; T --> IP3[Idea principal 3]; IP1 --> IS1[Idea secundaria 1]; IP1 --> IS2[Idea secundaria 2]; IS1 --> D1[Detalle 1]; IS1 --> D2[Detalle 2]; IP3 --> IS3[Idea secundaria 1];
```

A partir dos conteúdos abordados nessa unidade, construa um esquema e envie o arquivo na plataforma, evidenciando os pontos principais no que se refere a:

Globalização, sociedade do consumo, multiculturalismo.

Você pode utilizar como modelo, o seguinte esquema:

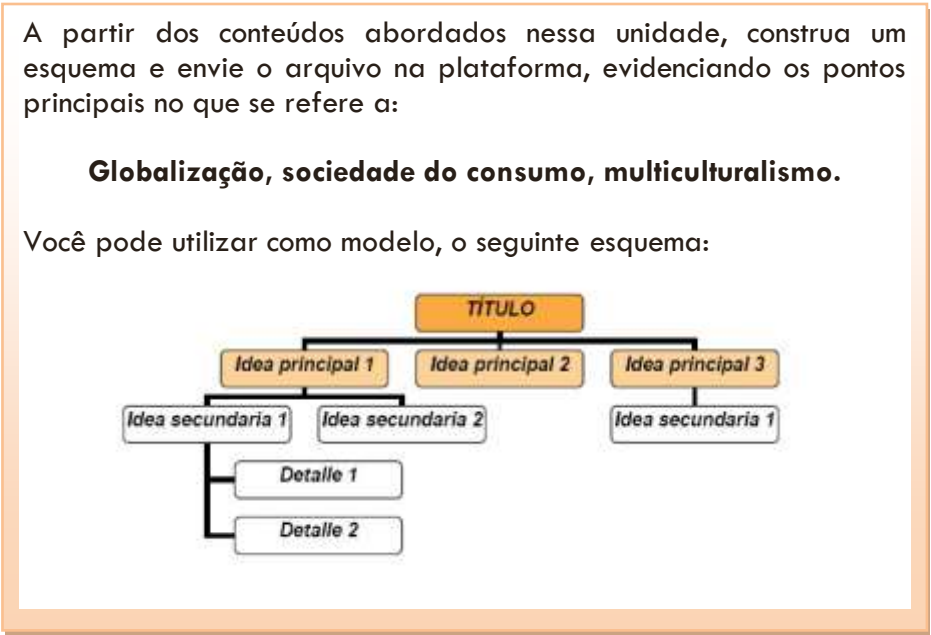
```
graph TD; T[TÍTULO] --> IP1[Idea principal 1]; T --> IP2[Idea principal 2]; T --> IP3[Idea principal 3]; IP1 --> IS1[Idea secundaria 1]; IP1 --> IS2[Idea secundaria 2]; IP3 --> IS3[Idea secundaria 1]; IS1 --> D1[Detalle 1]; IS1 --> D2[Detalle 2];
```

A partir dos conteúdos abordados nessa unidade, construa um esquema e envie o arquivo na plataforma, evidenciando os pontos principais no que se refere a:

Globalização, sociedade do consumo, multiculturalismo.

Você pode utilizar como modelo, o seguinte esquema:

```
graph TD; T[TÍTULO] --> IP1[Idea principal 1]; T --> IP2[Idea principal 2]; T --> IP3[Idea principal 3]; IP1 --> IS1[Idea secundaria 1]; IP1 --> IS2[Idea secundaria 2]; IP3 --> IS3[Idea secundaria 1]; IS1 --> D1[Detalle 1]; IS1 --> D2[Detalle 2];
```



Resposta



Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.

COSTA, Thatyane Roberta de Castro. A mundialização da cultura e os processos de homogeneização e formação da cultura global. In: **Universitas - Relações Int.**, Brasília, v. 2, n.1, p. 255-267, jan./jun. 2004.

88

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

WARNIER, Jean P. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.